Publicações Legais

– VERSÃO DIGITAL –

Jornal do Commercio

Manaus, 31 de março de 2026

Edição nº 44.519

WTC MANAUS S.A.

CNPJ/MF nº 00.306.400/0001-20 – Companhia Fechada

Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (valores expressos em Real Mil)

Relatório da Administração: Senhores Acionistas, A Administração da WTC Manaus S.A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete ao exame e deliberação dos Senhores Acionistas, as demonstrações financeiras e as respectivas notas explicativas referentes à situação patrimonial e financeira da Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Manaus (AM), março de 2026.A Administração.

Balanços Patrimoniais

Ativo	31.12.2025	31.12.2024	Passivo	31.12.2025	31.12.2024
Circulante	**1**	**1**	**Circulante**	**50**	**0**
Disponibilidades			Contas a Pagar	47	0
Bancos c/ Movimento	1	1	Obrig. Trab. Previdenciárias	3	0
Créditos Diversos	0	0	**Não Circulante**	**28.638**	**28.120**
Não Circulante	**48.523**	**48.523**	Debêntures a Pagar	24.895	24.895
Realizável a Longo Prazo			Empresas Ligadas	2.743	2.225
Créditos Diversos	1.675	1.675	Dep.p/Aumento Capital	1.000	1.000
Imobilizado			**Patrimônio Líquido**	**19.836**	**20.404**
Imobilizado técnico	46.848	46.848	Capital Autorizado	210.000	210.000
			(-)Capital a Subscrever	(172.783)	(172.783)
			Prejuízos Acumulados	(17.381)	(16.813)
Total do Ativo	**48.524**	**48.524**	**Total do Passivo**	**48.524**	**48.524**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Eventos	Capital Autorizado	Capital a Subscrever	Prejuízos Acumulados	Totais
Saldo em 1º.01.2024	**210.000**	**(172.783)**	**(16.761)**	**20.456**
Resultado do exercício	0	0	(52)	(52)
Saldo em 31.12.2024	**210.000**	**(172.783)**	**(16.813)**	**20.404**
Saldo em 1º.01.2025	**210.000**	**(172.783)**	**(16.813)**	**20.404**
Resultado do exercício	0	0	(568)	(568)
Saldo em 31.12.2025	**210.000**	**(172.783)**	**(17.381)**	**19.836**

Notas Explicativas

Nota 1 - Contexto Operacional: A WTC MANAUS S.A. é uma empresa constituída em 30/11/1993, transformada em sociedade anônima conforme ATA arquivada na JUCEA sob nº 17517.5 em sessão de 31.07.1997, tendo, hoje, por objetivo a planificação, o desenvolvimento, a promoção, a implantação, a administração e a operação do complexo "World Trade Center de Manaus", na cidade de Manaus. As Atividades da empresa se restringirão àquelas consideradas de interesse para o desenvolvimento econômico da Amazônia Legal, nos termos da legislação em vigor. **Nota 2 - Elaboração E Apresentação Das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. Em decorrência da lei 9.249/95, a qual revogou a correção monetária de balanço, as demonstrações contábeis foram elaboradas sem o reconhecimento dos efeitos inflacionários, bem como, em consequência de a taxa acumulada da inflação verificada no triênio com base no IGP-M ter sido inferior a 100%. Moeda Funcional de Apresentação: as demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Nota 3 - Principais Práticas Contábeis:** a) Os ativos realizáveis e os passíveis exigíveis com prazo até o final do exercício seguinte são classificados como circulante e, após essa data, como não circulantes; b) Teste de recuperabilidade de ativos: a Administração entende que não há necessidade de constituir provisão para perdas desses ativos no exercício; c) As despesas e receitas, quando ocorridas, são apropriadas de acordo com o regime de competência de exercícios; d) Demonstração do Resultado e dos Fluxos de Caixa: Na leitura destas demonstrações, considerar que a empresa não se encontra em atividade operacional. **Nota 4 - Debêntures:** Conforme consta do artigo 9º do Estatuto Social aprovado na AGE de 26/08/97, até o limite estabelecido em Assembleia Geral Extraordinária, poderá a companhia emitir debêntures nominativas conversíveis em ações ou inconversíveis, na forma da Lei nº 8.167 de 16/01/91, Decreto nº 101 de 17/04/91 e Resolução CONDEL/SUDAM nº 7.077 de 16/08/91. O montante a ser estabelecido em Assembleia Geral deverá ser fixado de conformidade com as instruções da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM. A emissão das debêntures destina-se exclusivamente à absorção de recursos dos incentivos fiscais administrados pela SUDAM, com base na Lei nº 8.167 de 16/01/91. **Nota 5 - Capital Social:** O capital social autorizado da companhia, expresso em moeda corrente nacional, é de R$ 210.000.000,00 (duzentos e dez milhões de reais), a ser corrigido anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, constituído por ações sem valor nominal, todas nominativas, com a seguinte composição:

Tipos de Ações	Capital Autorizado (R$)	Capital Subscrito Integralizado	Quantidade de Ações Emitidas
ORDINÁRIAS	35.000.000,00	12.438.659,00	12.438.659
PREF.CLASSE "A"	90.000.000,00	3.371.467,00	3.371.467
PREF.CLASSE "B"	70.000.000,00	21.407.267,00	21.407.267
PREF.CLASSE "C"	15.000.000,00	- 0 -	- 0 -
TOTAL	210.000.000,00	37.217.393,00	37.217.393

As ações preferenciais classe "A" serão subscritas e integralizadas com recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM, não terão direito a voto, mas terão participação integral nos resultados da Companhia, de modo que a nenhuma outra espécie ou classe de ações poderão ser conferidas vantagens patrimoniais superiores.

Demonstrações dos Resultados

	31.12.2025	31.12.2024
Receita Operacional Bruta	0	0
Deduções	0	0
(-) Impostos (PIS/COFINS)	0	0
Receita Operacional Líquida	**0**	**0**
Despesas Operacionais	**(568)**	**(52)**
Administrativas e Gerais	(540)	(19)
Despesas Tributárias	(28)	(33)
Despesas Financeiras	0	0
Resultado Operac. antes Rem. Debêntures	**(568)**	**(52)**
Remuneração das Debêntures	**0**	**0**
Resultado do Exercício	**(568)**	**(52)**

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

	31.12.2025	31.12.2024
Resultado do Exercício	**(568)**	**(52)**
(+/-)Outros resultados abrangentes	0	0
Resultado Abrangente do Exercício	**(568)**	**(52)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Atividades Operacionais	31.12.2025	31.12.2024
Prejuízo Líquido do Exercício	(568)	(52)
Ajustes por		
(-/+)Aumento/Redução de outras contas do AC	0	0
(+/-)Aumento/Redução em contas do PC	50	0
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	(518)	(52)
Atividades de Investimentos		
Aplicações no diferido	0	0
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimentos	**0**	**0**
Atividades de Financiamentos		
Empréstimos tomados	518	52
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Financiamentos	**518**	**52**
Variação no Caixa e Equivalentes de Caixa	**0**	**0**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1	1
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1	1

Lilian de Mello Bomeny - Diretora Presidente
Eladir Rodrigues da Silva - Contadora
CRC 1SP150368/O-8 – S/AM

AVISO AOS ACIONISTAS

O Diretor-Presidente da Prodam S. A., no uso de suas atribuições e em cumprimento à Lei 6.404, Art. 133, vem dar publicidade aos documentos do Balanço, referente ao Exercício de 2025 da Empresa.

Manaus, 30 de março de 2026.

Ransés Gadelha Bezerra

Diretor-Presidente

JORNALISMO QUE **INFORMA** E **TRANSFORMA.**

JC

WWW.JCAM.COM.BR

JORNAL DO COMMERCIO

JCOMMERCIO

MULTIPLATAFORMA

DISPONÍVEL EM TODAS AS PLATAFORMAS DIGITAIS

Jornal do Commercio

JCAM

JCAM.COM.BR

Assinado digitalmente por Empresa Jornal do Comercio Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site
http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/5247-853D-C6A2-BF14

PRODAM - PROCESSAMENTO DE DADOS AMAZONAS S/A - CNPJ: 04.407.920/0001-80

RELATÓRIO DA DIRETORIA

O ano de 2025 foi marcado pela consolidação da PRODAM como o pilar tecnológico estratégico e referência em inovação para o Estado do Amazonas. Sob a nossa gestão, avançamos com determinação na execução do Planejamento Estratégico 2025-2029, estruturado sobre as perspectivas do Balanced Scorecard (BSC), garantindo que cada entrega gerasse valor real tanto para a administração pública quanto para o cidadão amazonense. No campo da Estratégia e Processos Internos, alcançamos resultados expressivos, superando metas na modernização de serviços essenciais. Mesmo diante de um cenário de contingenciamento governamental motivado por desafios climáticos extremos, mantivemos a robustez operacional. Um marco fundamental foi a modernização da gestão educacional, com melhorias cruciais no SIGEAM e no Diário Digital, garantindo interfaces mais intuitivas e processos de matrícula online que atenderam mais de 67 mil reservas com total estabilidade. A área de Recursos Humanos e o desenvolvimento dos nossos colaboradores foram tratados como prioridade. Em 2025, investimos pesadamente em educação corporativa, superando metas de treinamento e fortalecendo a cultura de segurança da informação. Paralelamente, intensificamos as ações de saúde e assistência social e iniciamos a modernização da nossa própria solução interna de gestão de RH, buscando uma ferramenta mais ágil e aderente às necessidades atuais da empresa. Nossa vertente de Negócios demonstrou maturidade ao proteger a continuidade dos serviços críticos do Estado e expandir nossa influência nacional. Soluções como o aplicativo Malariatrat ganharam destaque nacional, sendo adotadas pelo Ministério da Saúde, enquanto nossos sistemas continuaram a viabilizar programas essenciais como o Auxílio Estadual e o Pé-de-Meia. Além disso, a renovação da certificação internacional ISO/IEC 27701 posiciona a PRODAM em um seleto grupo global preparado para a conformidade rigorosa com a LGPD, transformando a segurança e a privacidade de dados em um diferencial competitivo que reduziu potenciais prejuízos com incidentes em quase 5%. Encerramos este ciclo com a excelência da nossa gestão reconhecida pelo Selo 'Ouro' do Programa Nacional de Transparência Pública. Com 29 projetos estratégicos entregues, a PRODAM reafirma seu compromisso em oferecer soluções ágeis, seguras e inovadoras, fortalecendo o futuro digital e a inclusão de toda a sociedade amazonense. Manaus, 31 de dezembro de 2025.

Ransés Gadelha Bezerra
Diretor-Presidente da Prodam

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (EM REAIS)

	Nota	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	14.649.314	23.567.353
Duplicatas a Receber	5	87.577.619	53.526.938
Tributos a Compensar	6	8.032.621	4.728.250
Estoques	7	543.638	429.565
Despesas Antecipadas	8	195.449	396.316
Outros Ativos Circulantes	9	5.483.197	6.795.067
		116.481.838	**89.443.489**
Não circulante			
Realizável a longo prazo	10	722.498	935.879
Imobilizado	11	9.363.991	11.095.980
Intangível	12	574.336	998.967
		10.660.825	**13.030.826**
Total do ativo		**127.142.663**	**102.474.315**

	Nota	2025	2024
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	13	14.826.055	17.591.632
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	13	14.361.865	10.411.646
Contribuições Sociais a Recolher	13	1.998.523	1.659.021
Tributos a Recolher	13	2.760.406	2.293.969
Obrigações Tributárias - Exig. Suspensa	13	59.477.989	41.496.152
Outras Obrigações	13	1.471.995	317.410
		94.896.833	**73.769.830**
Não circulante			
Outras Obrigações	13	1.410.852	3.547.416
		1.410.852	**3.547.416**
Patrimônio líquido	14		
Capital Social Controlador		45.144.417	45.144.417
Capital Social Não Controlador		49.574	49.574
Prejuízos Acumulados		(14.359.013)	(20.036.922)
		30.834.978	**25.157.069**
Total do passivo e patrimônio líquido		**127.142.663**	**102.474.315**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (EM REAIS)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	15	150.741.871	136.009.915
Custo dos serviços prestados	17	(111.038.411)	(107.273.513)
Lucro bruto		**39.703.460**	**28.736.402**
Receitas de Convênios	15	26.049.251	10.306.047
Despesas com Convênios	17	(23.678.889)	(6.365.794)
Administrativas	17	(39.195.528)	(30.201.495)
Tributárias		(769.089)	(1.077.918)
Provisões	17	(1.723.509)	(2.119.016)
Perda no Recebimento de Crédito	17	(114.762)	(7.587.131)
Receitas (créditos) incobráveis	15	3.217.637	822.484
Outras Despesas	17	(22.274)	(101.538)
Outras Receitas	15	95.180	272.043
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**3.561.478**	**(7.315.916)**
Receitas financeiras	15	3.201.863	1.191.259
Despesas financeiras		(137.628)	(66.237)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**6.625.713**	**(6.190.894)**
Imposto de renda e contribuição social corrente	18	(2.139.425)	(3.558.951)
Lucro líquido do exercício		**4.486.288**	**(9.749.845)**
Lucro líquido por lote de mil ações		**37**	**(80)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (EM REAIS)

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE LUCROS – RESERVA LEGAL	RESERVA DE LUCROS – FUNDO DE EXPANSÃO	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**45.193.991**	**-**	**-**	**(10.227.347)**	**34.966.644**
Ajuste de Exercício Anterior	-	-	-	(59.730)	(59.730)
Aumento de Capital	-	-	-	-	-
Dos Acionistas	-	-	-	-	-
Prejuízo do Exercício	-	-	-	(9.749.845)	(9.749.845)
Distribuição do Lucro	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	-	-	-
Fundo de Expansão	-	-	-	-	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**45.193.991**	**-**	**-**	**(20.036.922)**	**25.157.069**
Ajuste de Exercício Anterior	-	-	-	1.191.621	1.191.621
Aumento de Capital	-	-	-	-	-
Dos Acionistas	-	-	-	-	-
Prejuízo do Exercício	-	-	-	4.486.288	4.486.288
Distribuição do Lucro	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	-	-	-
Fundo de Expansão	-	-	-	-	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**45.193.991**	**-**	**-**	**(14.359.013)**	**30.834.978**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (EM REAIS)

	Nota	2025	2024
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado do Exercício		**4.486.288**	**(9.749.845)**
Ajustes de exercícios anteriores		-	(59.730)
Depreciação e amortização	11	3.061.706	2.715.427
Resultado do Exercício Ajustado		**7.547.994**	**(7.094.148)**
+/- Duplicatas a Receber	5	(34.050.681)	6.118.031
+/- Tributos a compensar	6	(3.304.371)	(2.383.718)
+/- Estoques	7	(114.073)	3.167.890
+/- Despesas antecipadas	8	200.867	(183.729)
+/- Outros Créditos curto prazo	9	1.311.870	(4.234.447)
+/- Outros Créditos a longo prazo	10	213.381	(69.371)
+/- Fornecedores	13	(1.573.956)	3.981.681
+/- Contribuições Sociais a Recolher	13	339.502	(9.334)
+/- Tributos a Recolher	13	466.437	62.178
+/- Participação de Dividendos		-	-
+/- Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	13	3.950.219	2.510.725
+/- Obrigações Tributárias - Exig. Suspensa	13	17.981.837	20.745.658
+/- Outras Contas a pagar	13	1.154.585	(372.540)
+/- Outras Contas a pagar de longo prazo	13	(2.136.564)	1.782
Disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		**(8.012.953)**	**22.240.657**
DAS ATIVIDADES INVESTIMENTO			
Aquisição de Direito do Imobilizado	11	(905.086)	(9.098.462)
Perda/Baixa do Imobilizado		-	94.173
Disponibilidades geradas pela atividade de investimento		**(905.086)**	**(9.004.289)**
DAS ATIVIDADES FINANCIAMENTO			
Integralização de Capital		-	-
Disponibilidades geradas pela atividade financiamento		**-**	**-**
Redução do Caixa e Equivalentes a Caixa no Período		**(8.918.039)**	**13.236.368**
Saldo Inicial Caixa e Equivalentes		23.567.353	10.330.985
Saldo Final Caixa e Equivalentes		**14.649.314**	**23.567.353**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL - A PRODAM – Processamento de Dados Amazonas S.A. é sociedade de economia mista, de capital fechado, constituída com base na Lei Estadual nº 941, de 10 de julho de 1970, regida pela Lei nº 6.404/76, pela Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) e por seu Estatuto Social. Está registrada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 04.407.920/0001-80, com sede na Rua Jonathas Pedrosa, nº 1937, Bairro Praça 14 de Janeiro, CEP 69.020-110, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas. O controle acionário é exercido pelo Governo do Estado do Amazonas, que detém aproximadamente 99,89% do capital social, estando a Empresa vinculada administrativamente à Secretaria de Estado de Administração e Gestão – SEAD. A Empresa tem por finalidade a prestação de serviços especializados em Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, incluindo desenvolvimento, processamento, hospedagem, manutenção e gestão de sistemas e infraestrutura tecnológica, bem como assessoramento técnico aos órgãos da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, fundações instituídas pelo Poder Público e empresas públicas, podendo ainda prestar serviços a órgãos da Administração Pública Federal, estadual e municipal, bem como a clientes da iniciativa privada, nos termos de seu Estatuto Social. A receita da Empresa decorre substancialmente da prestação de serviços técnicos continuados e da execução de projetos específicos formalizados por contratos administrativos, bem como de convênios firmados com órgãos da Administração Pública. As atividades da Empresa inserem-se no contexto do planejamento orçamentário estadual, estando parcela significativa das receitas vinculada à disponibilidade orçamentária dos entes contratantes. **NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** - As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei nº 6.404/76 e com os Pronunciamentos Técnicos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Os valores apresentados no Balanço Patrimonial e nas demais demonstrações contábeis, incluindo aqueles constantes nas notas explicativas, estão expressos em moeda corrente do país, Reais (R$), e contemplam informações comparativas em relação ao exercício anterior. No exercício de 2025 foram promovidas reclassificações internas no grupo do passivo circulante, com a segregação das obrigações tributárias com exigibilidade suspensa em rubrica específica, anteriormente registradas em contribuições sociais a recolher, tributos a recolher e provisões para contingências fiscais, visando aprimorar a apresentação e transparência das informações contábeis. Os valores comparativos do exercício anterior foram ajustados para fins de melhor comparabilidade, sem impacto no resultado do exercício ou no patrimônio líquido. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração para divulgação. **NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS** - As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as disposições da Lei nº 6.404/76 e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais práticas contábeis adotadas pela Empresa são as seguintes: **a) Regime de competência** - As receitas e despesas estão demonstradas obedecendo ao regime de competência. **b) Classificação de ativos e passivos – Circulantes e Não Circulantes** - Os ativos e passivos realizáveis ou exigíveis após o término do exercício social seguinte são classificados no Não Circulante. **c) Instrumentos financeiros** - Os principais instrumentos financeiros da Empresa são disponibilidades, aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar, reconhecidos pelo valor justo e, quando aplicável, mensurados pelo custo amortizado, cujos valores contábeis aproximam-se dos montantes de realização ou liquidação. As aplicações financeiras são realizadas, predominantemente, em operações de curto prazo e com liquidez imediata, compatíveis com a política de gestão conservadora de recursos financeiros adotada pela Administração. **d) Perdas estimadas de crédito** - As perdas estimadas de crédito são constituídas com base na análise da carteira de clientes e histórico de inadimplência, observando os critérios estabelecidos no CPC 48 – Instrumentos Financeiros. **e) Estoques** - Os estoques destinam-se ao consumo interno no processo de prestação de serviços e são avaliados pelo custo médio de aquisição. **f) Despesas antecipadas** - As despesas antecipadas correspondem a pagamentos efetuados cujos benefícios serão apropriados ao resultado em períodos subsequentes, conforme o regime de competência. **g) Ativo imobilizado** - O ativo imobilizado está registrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada dos bens. A Administração monitora periodicamente a recuperabilidade dos ativos, procedendo ao reconhecimento de perda quando identificados indícios de desvalorização, conforme CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. **h) Ativo intangível** - O ativo intangível compreende, substancialmente, direitos de uso de softwares e registros de programas, sendo amortizado pelo método linear de acordo com sua vida útil estimada. **i) Provisões e passivos contingentes** - As provisões são reconhecidas quando a Empresa possui obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de evento passado, cuja liquidação seja provável e possa ser estimada com confiabilidade. Os passivos contingentes classificados como perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo divulgados em nota explicativa, enquanto aqueles classificados como perda remota não são provisionados ou divulgados, salvo quando relevantes. A mensuração e classificação das contingências são realizadas com base na análise da Administração, suportada por informações de seus assessores jurídicos, considerando, entre outros fatores, o estágio processual das demandas, a natureza das ações, a jurisprudência aplicável e o histórico de demandas similares. **j) Estimativas contábeis** - A Administração utiliza estimativas e premissas na elaboração das demonstrações contábeis que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. As mudanças de estimativas são reconhecidas prospectivamente no resultado do exercício em que forem identificadas. **k) Direitos e obrigações** - Os direitos e obrigações estão demonstrados pelos valores de realização ou liquidação, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. **l) Retificação de erros** - Erros materiais identificados em períodos anteriores são corrigidos de forma retrospectiva, mediante ajuste diretamente em lucros ou prejuízos acumulados, quando aplicável. Quando o ajuste for relevante, a Empresa divulga a natureza do erro e os respectivos efeitos nas notas explicativas, conforme CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. **m) Demonstração do resultado abrangente** - A Demonstração do Resultado Abrangente não foi apresentada, tendo em vista que as únicas variações no patrimônio líquido nos exercícios de 2025 e 2024 decorreram do resultado do período, não havendo outros resultados abrangentes a serem divulgados. **NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA** - Para fins de elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, são considerados caixa e equivalentes de caixa as disponibilidades imediatas e as aplicações financeiras de alta liquidez, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa.

Itens	2025	2024
Caixa	4.121	1.145
Depósitos bancários	1	1
Aplicações de liquidez imediata	14.645.192	23.566.207
Total de Caixa e Equivalentes	**14.649.314**	**23.567.353**

NOTA 5 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Itens	2025	2024	Variação
Administração Pública Estadual	79.035.237	40.538.100	38.497.137
Administração Pública Municipal	2.526.778	4.181.400	(1.654.622)
Administração Pública Federal	396.941	526.748	(129.807)
Iniciativa Privada	5.618.663	8.280.690	(2.662.027)
Total de Contas a Receber	**87.577.619**	**53.526.938**	**34.050.681**

Em 2025, as contas a receber totalizaram R$ 87.577.619, representando aumento de R$ 34.050.681 em relação ao exercício anterior, decorrente principalmente da ampliação dos valores a receber da Administração Pública Estadual, refletindo o maior faturamento de serviços de tecnologia da informação prestados no exercício, parcialmente compensado pela redução dos saldos com clientes da iniciativa privada e demais entes da administração pública. No exercício de 2025 foi reconhecida perda estimada adicional no montante de R$ 114.762. **NOTA 6 – TRIBUTOS A COMPENSAR** - Os tributos a compensar estão registrados pelos seus valores de recuperação e referem-se principalmente a créditos de imposto de renda retido na fonte (IRRF) incidentes sobre faturamento e pagamentos efetuados por órgãos da administração pública, bem como a créditos de PIS e COFINS passíveis de compensação com tributos federais vincendos, conforme legislação vigente. Em 2025, os tributos a compensar totalizaram R$ 8.032.621, representando aumento de R$ 3.304.371 em relação ao exercício anterior, decorrente principalmente da ampliação dos valores retidos na fonte sobre o faturamento do exercício. Os saldos negativos de IRPJ e CSLL decorrem de antecipações superiores ao imposto devido, podendo ser objeto de compensação ou restituição nos termos da legislação aplicável. **NOTA 7 – ESTOQUES**

Itens	2025	2024
Consumo	75.991	62.585
Processamento de Dados	30.331	249
Assistência Técnica	116.692	72.818
Manutenção em Geral	6.175	56.416
Materiais destinados ao Imobilizado	314.449	237.497
Total de Estoques	**543.638**	**429.565**

Os estoques referem-se a materiais mantidos em almoxarifado destinados ao uso nas atividades da Empresa, sendo apropriados ao resultado como custos ou despesas à medida que são consumidos. **NOTA 8 – DESPESAS ANTECIPADAS** - As despesas antecipadas totalizam R$ 195.449 e referem-se substancialmente a valores pagos antecipadamente relativos à manutenção de software, no montante de R$ 167.837, e a seguros, no valor de R$ 19.932. As demais rubricas referem-se principalmente a aluguel de software, associações e assinaturas. **NOTA 9 – OUTROS ATIVOS CIRCULANTES**

Itens	2025	2024
Adiantamentos a Empregados	1.759.708	2.056.000
Convênio – Cessão de Pessoal	3.111.485	4.407.773
Depósito em Juízo	188.186	149.699
Adiantamentos a Fornecedores	3.658	60.873
Outros	420.160	120.722
Total de Outros Ativos Circulantes	**5.483.197**	**6.795.067**

Os valores registrados em "Convênio – Cessão de Pessoal" correspondem a montantes a ressarcir decorrentes da cessão de empregados a órgãos contratantes. Os adiantamentos a empregados compreendem, substancialmente, valores relativos a férias, décimo terceiro salário e benefícios concedidos, cuja compensação ocorre no período subsequente. **NOTA 10 – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO** - O realizável a longo prazo totaliza R$ 722.498 e refere-se a depósitos judiciais vinculados a processos em andamento. Esses valores representam garantias vinculadas a processos judiciais e poderão ser convertidos em pagamento ou revertidos à Empresa, conforme desfecho das demandas. Informações adicionais encontram-se na Nota 14. **NOTA 11 – IMOBILIZADO**

Itens	2024 Saldo Inicial	2025 Adição	2025 Baixas/ Perdas	2025 Baixa (Deprec. Acum.)	2025 Depreciação	2025 Saldo Final
Centrais de Ar Condicionados	121.934	31.774	-	-	(18.974)	134.735
Imóveis	1.089.624	-	-	-	(95.602)	994.022
Máquinas e Equipamentos	69.724	53.678	(30.612)	30.612	(9.653)	113.749
Móveis e Utensílios	50.834	56.649	-	-	(14.586)	92.898
Terrenos	5.761	-	-	-	-	5.761
Veículos	244.246	-	-	-	(56.219)	188.027
Central de Comunicação	43.276	6.747	-	-	(13.190)	36.832
Computadores e Periféricos	8.945.632	215.760	-	-	(2.338.844)	6.822.549
Instalações	-	-	-	-	-	-
Nobreak	524.949	279.753	-	-	(88.364)	716.338
Outros Bens	-	1.146.468	(887.387)	-	-	259.080
Total do Imobilizado	**11.095.980**	**1.790.829**	**(917.999)**	**30.612**	**(2.635.431)**	**9.363.991**

No exercício de 2025 foram registradas aquisições no montante de R$ 1.790.829, reconhecidas baixas no valor de R$ 917.999 e registrada despesa de depreciação de R$ 2.635.431. No exercício, determinados bens anteriormente classificados no realizável a longo prazo foram reclassificados para o imobilizado, em decorrência de adequação de classificação contábil, sem impacto no resultado do exercício. Incluem-se no imobilizado bens vinculados a projetos posteriormente descontinuados, com valor líquido de R$ 259.080, decorrente do reconhecimento, em exercícios anteriores, de perda estimada para redução ao valor recuperável desses ativos. **NOTA 12 – INTANGÍVEL**

Itens	2024 Líquido	2025 Adição	2025 Amortização	2025 Líquido
Marcas e Patentes	17.259	1.645	-	18.904
Direito de Uso de Software	981.708	-	(426.275)	555.433
Total do Intangível	**998.967**	**1.645**	**(426.275)**	**574.336**

O ativo intangível é composto substancialmente por direitos de uso de software e por marcas e patentes, registrados ao custo de aquisição, deduzido da respectiva amortização acumulada; no exercício de 2025 foi apropriada despesa de amortização no montante de R$ 426.275, calculada pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada dos ativos. **NOTA 13 – PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE**

Itens	2025	2024
Fornecedores	14.826.055	17.591.632
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	14.361.865	10.411.646
Contribuições Sociais a Recolher	1.998.523	1.659.021
Tributos a Recolher	2.760.406	2.293.969
Obrigações Tributárias - Exig. Suspensa	59.477.989	41.496.152
Outras Obrigações	1.471.995	317.410
Total do Passivo Circulante	**94.896.833**	**73.769.830**

a) Fornecedores - Representam obrigações decorrentes da aquisição de bens e serviços no curso normal das operações da Empresa. Observa-se redução de R$ 2.765.577 em relação ao exercício anterior, decorrente principalmente da liquidação de compromissos com fornecedores. **b) Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias** - Correspondem a obrigações decorrentes da folha de pagamento, encargos sociais e provisões trabalhistas apuradas até a data-base das demonstrações contábeis. O saldo apresentou aumento de R$ 3.950.219 em relação ao exercício anterior. **c) Contribuições Sociais a Recolher** - Referem-se a encargos incidentes sobre a folha de pagamento, retenções legais e contribuições sobre a receita bruta. Observa-se aumento de R$ 339.502 em relação ao exercício anterior. No exercício de 2025, parte relevante dos valores anteriormente registrados nesse grupo foi reclassificada para o grupo "Obrigações tributárias – exigibilidade suspensa", em decorrência de decisões judiciais que suspendem a exigibilidade desses tributos, conforme mencionado na Nota 2. **d) Tributos a Recolher** - Correspondem a obrigações fiscais correntes incidentes sobre as operações da Empresa, incluindo ISS, IRRF e demais tributos apurados conforme a legislação vigente. O saldo apresentou aumento de R$ 466.437 em relação ao exercício anterior. No exercício de 2025, parte dos valores anteriormente registrados nesse grupo foi reclassificada para o grupo "Obrigações tributárias – exigibilidade suspensa", em razão de decisões judiciais que suspendem a exigibilidade de determinados tributos, conforme mencionado na Nota 2. **e) Obrigações Tributárias – Exigibilidade Suspensa** - Referem-se a tributos cuja exigibilidade encontra-se suspensa por força de decisões judiciais, nos termos da legislação aplicável, permanecendo registrados no passivo até decisão definitiva das respectivas demandas. O saldo apresentou aumento de R$ 17.981.837 em relação ao exercício anterior. No exercício de 2025, foram reclassificados para esse grupo valores anteriormente registrados nas rubricas de contribuições sociais a recolher, tributos a recolher e provisões, em decorrência da existência de decisões judiciais que suspendem a exigibilidade desses tributos, conforme mencionado na Nota 2. **f) Outras Obrigações** - Correspondem a responsabilidades assumidas no curso normal das operações da Empresa, incluindo valores descontados em folha de pagamento a repassar, adiantamentos de clientes, depósitos não identificados, rescisões a pagar e demais obrigações operacionais. Observa-se aumento de R$ 1.154.585 em relação ao exercício anterior. **g) Outras Obrigações – Longo Prazo** - Outras obrigações classificadas no passivo não circulante referem-se, principalmente, a valores remanescentes de exercícios anteriores, incluindo dividendos pendentes de pagamento, cujos prazos de liquidação excedem doze meses após a data de encerramento do balanço. Informações adicionais sobre contingências judiciais encontram-se na Nota 14. **NOTA 14 – PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES** - A Empresa é parte em processos judiciais de natureza cível e trabalhista, decorrentes, principalmente, de relações contratuais e pleitos indenizatórios. **a) Provisões para contingências** - As provisões são reconhecidas quando há obrigação presente e estimativa confiável de desembolso, sendo mensuradas com base nas melhores estimativas disponíveis na data-base das demonstrações contábeis. Na data-base, a Empresa possui valores registrados no passivo não circulante, no montante de R$ 1.407.737,75, relacionados à demanda judicial em andamento. Referido valor foi mantido com base no julgamento da Administração, considerando o histórico de reconhecimento contábil, o estágio processual da demanda e as circunstâncias específicas do caso. **b) Passivos contingentes – risco possível** - A Empresa figura como parte em demandas judiciais classificados com risco de perda possível, para os quais não há constituição de provisão. Na data-base das demonstrações contábeis, as contingências classificadas como perda possível totalizam aproximadamente R$ 9.700.896, conforme avaliação da assessoria jurídica. Esse montante decorre, substancialmente, de demandas de natureza cível relacionadas a controvérsias contratuais e ações de rescisão contratual, atualmente em fase de julgamento ou em instâncias recursais. Parte dos valores discutidos nesses processos encontra-se garantida por meio de depósitos judiciais. **c) Passivos contingentes – risco remoto** - A Empresa também é parte em processos classificados com risco de perda remota, para os quais não há constituição de provisão nem necessidade de divulgação detalhada. Para fins de transparência, registra-se que tais demandas incluem, principalmente, ações de natureza indenizatória e execuções judiciais, para as quais não há expectativa de desembolso. **d) Depósitos judicias** - A Empresa possui depósitos judiciais vinculados a processos em andamento, registrados no ativo, que totalizam R$ 910.683,86, sendo: • R$ 188.185,92 no ativo circulante; • R$ 722.497,94 no realizável a longo prazo. Esses valores representam garantias associadas aos processos judiciais e poderão ser utilizados para liquidação de eventuais obrigações, conforme desfecho das demandas. **NOTA 15 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO** - O capital social em 2025 é de R$ 45.193.991, totalmente subscrito e integralizado, representado por 122.145.921 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R$ 0,37 por ação. O Governo do Estado do Amazonas é o acionista controlador, detendo aproximadamente 99,89% do capital social. O patrimônio líquido é composto pelo capital social e pela conta de prejuízos acumulados. O resultado do exercício de 2025 foi incorporado a essa conta, reduzindo o saldo negativo acumulado e elevando o patrimônio líquido para R$ 30.834.978 em 2025 (R$ 25.157.069 em 2024). No exercício de 2025 foi registrado ajuste de exercícios anteriores no montante de R$ 1.191.621, reconhecido diretamente em prejuízos acumulados. O ajuste de exercícios anteriores mencionado acima não representa fluxo financeiro no período e, portanto, não foi evidenciado como item específico na Demonstração dos Fluxos de Caixa, sendo seu efeito refletido na variação das contas operacionais correspondentes. **NOTA 16 – RECEITAS** - **a) Deduções da Receita** - Neste grupo estão registrados os cancelamentos e os tributos incidentes sobre os serviços prestados. No exercício de 2025, os cancelamentos totalizaram R$ 4.564.936 (R$ 3.241.147 em 2024) e os tributos incidentes sobre serviços prestados totalizaram R$ 23.202.255 (R$ 25.135.888 em 2024). Como empresa do setor de tecnologia da informação, a Empresa apura a contribuição previdenciária patronal sobre a receita bruta (CPRB), conforme previsto na legislação vigente. **b) Prestação de Serviços** - Correspondem às receitas decorrentes da prestação de serviços de tecnologia da informação, mensuradas com base nos valores contratualmente pactuados, excluídos descontos, cancelamentos e tributos incidentes sobre a prestação dos serviços. No exercício de 2025, a receita operacional líquida de prestação de serviços totalizou R$ 150.741.871 (R$ 136.009.915 em 2024). **c) Convênios** - Referem-se, principalmente, ao ressarcimento de gastos com pessoal cedido a órgãos da Administração Pública, compreendendo remunerações, encargos sociais e benefícios, acrescidos de taxas administrativas previstas nos instrumentos firmados. As receitas com convênios totalizaram R$ 26.049.251 (R$ 10.306.047 em 2024). As despesas com convênios totalizaram R$ 23.678.889 (R$ 6.365.794 em 2024), refletindo os custos diretamente relacionados à execução desses projetos. **d) Receitas financeiras** - As receitas financeiras referem-se principalmente aos rendimentos de aplicações financeiras de liquidez imediata mantidas pela Empresa, totalizando R$ 3.201.863 no exercício de 2025 (R$ 1.191.259 em 2024). **e) Outras receitas** - As outras receitas referem-se principalmente à alienação de ativo imobilizado e a receitas eventuais registradas no período. No exercício de 2025, as outras receitas totalizaram R$ 95.180 (R$ 272.043 em 2024), sendo R$ 94.800 decorrentes da alienação de terreno integrante do ativo imobilizado e R$ 380 referentes a receitas eventuais. **NOTA 17 – DESPESAS OPERACIONAIS** - **a) Custos dos serviços prestados** - Os custos dos serviços prestados compreendem, substancialmente, gastos com pessoal técnico, encargos sociais, materiais aplicados na execução dos serviços, manutenção de sistemas, infraestrutura tecnológica e depreciação dos bens utilizados nas atividades operacionais, totalizando R$ 111.038.411 no exercício de 2025 (R$ 107.764.777 em 2024), dos quais R$ 2.635.431 correspondem à despesa de depreciação apropriada ao resultado no período. **b) Despesas administrativas** - As despesas administrativas compreendem gastos necessários à manutenção das atividades operacionais da Empresa, incluindo despesas com pessoal da área administrativa, serviços especializados, manutenção de software e despesas gerais. No exercício de 2025, as despesas administrativas totalizaram R$ 39.195.528 (R$ 30.201.495 em 2024). **c) Provisões** - Os valores anteriormente registrados no grupo de provisões, no montante de R$ 1.723.509 (R$ 2.119.016 em 2024), foram integralmente reclassificados no exercício de 2025 para o grupo "Obrigações tributárias – exigibilidade suspensa", em razão de decisões judiciais que suspendem a exigibilidade desses tributos, conforme mencionado na Nota 2. **d) Perda estimada no recebimento de créditos** - A perda estimada no recebimento de créditos totalizou R$ 114.762 no exercício de 2025 (R$ 7.587.132 em 2024), observando os critérios aplicáveis ao reconhecimento de perdas esperadas. **NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL** - O imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro real. No exercício de 2025, as despesas com imposto de renda e contribuição social totalizaram R$ 2.139.425 (R$ 3.558.951 em 2024). Parte dos tributos encontram-se com exigibilidade suspensa por força de decisões judiciais, conforme detalhado na Nota 13. O resultado líquido do exercício de 2025 totalizou R$ 4.486.288, enquanto no exercício de 2024 foi apurado prejuízo de R$ 9.749.845. **NOTA 19 – PARTICIPAÇÕES E DIVIDENDOS** - Em 2025 não houve constituição de participações e dividendos em razão da existência de prejuízos acumulados. **NOTA 20 – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS** - A remuneração anual dos diretores e membros do conselho de administração, registrada na demonstração do resultado como despesas e custos operacionais – honorários, totalizou R$ 2.151.260 em 2025 (R$ 1.866.965 em 2024). Os valores da maior e da menor remuneração mensal dos empregados correspondem, em dezembro de 2025, a R$ 59.028 e R$ 2.736, respectivamente (em 2024, R$ 53.130 e R$ 2.980). **NOTA 21 – COBERTURA DE SEGUROS** - Em 31 de dezembro de 2025, a PRODAM mantém cobertura de seguros contra incêndios e outros riscos para bens imobilizados. Essas coberturas foram determinadas em função dos valores desses ativos e do grau de risco envolvido.

Ransés Gadelha Bezerra – Diretor Presidente
Abel Gomes da Silva Neto – Diretor Administrativo-Financeiro
Salim David Silva – Diretor Técnico
Jéssica Santos Roque – Contadora-CRC AM-015259/O-2

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da PRODAM – Processamento de Dados Amazonas S.A., abaixo assinados, após examinarem as Demonstrações Contábeis de praxe referentes ao exercício de 2025, e apreciarem os Relatórios da Auditoria Independente, pronunciam-se a favor da aprovação pela Assembleia Geral.

Manaus, 26 de março de 2026.

Marcos André Pontes Cavalcanti – Membro Coordenador
Maria Helena Stone A. da Rosa – Membro
Giza Allem Nazaré de Andrade – Membro

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os abaixo-assinados, membros efetivos do Conselho de Administração da PRODAM – Processamento de Dados Amazonas S.A., tendo examinado a documentação referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, analisado o relatório de diretoria e as demonstrações contábeis, baseados no relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis da empresa Sgoellner Consultoria Ltda, baseados ainda no Parecer do Conselho Fiscal, recomendam sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.

Manaus/AM, 20 de março de 2026.

David Toledo – Presidente
Bruno dos Santos Ferreira – Membro Conselheiro
Mario Augusto Bessa de Figueiredo – Membro Conselheiro
Adriana Vieira Ferreira – Membro Conselheiro
Sergio Rodrigues da Silva – Membro Conselheiro
Luiz Otávio da Silva – Membro Conselheiro
Francisco Saldanha Neto – Membro Conselheiro

"Jornalismo que transforma"
www.jcam.com.br
jornaldocommercio
jcommercio

Assinado digitalmente por Empresa Jornal do Comercio Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site
http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/5247-853D-C6A2-BF14

OZN HEALTH SPE S.A.

CNPJ 18.080.368/0001-72

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	63.483	13.274
Aplicações financeiras	4	-	3.510
Contas a receber	5	38.418	46.313
Impostos a recuperar	6	17.360	16.284
Partes relacionadas	8	14.310	16.000
Ativo financeiro	7	108.915	82.877
Outros ativos		195	589
Total do ativo circulante		242.681	178.847
NÃO CIRCULANTE			
Partes relacionadas	8	118.395	184.000
Outros ativos		3	19
Aplicações financeiras	4	-	200
Impostos a recuperar	6	71.272	73.336
Ativo financeiro	7	383.303	393.614
Intangível	9	108.214	123.012
Total do ativo não circulante		681.187	774.181
TOTAL DO ATIVO		923.868	953.028

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE			
Fornecedores	10	8.185	11.184
Operação de Confirming	10	12.474	11.832
Debêntures	13	53.447	746
Impostos e contribuições a recolher	11	1.547	5.657
Imposto de renda e contribuição social a recolher	12	4.795	1.175
Obrigações trabalhistas		2.875	2.822
Dividendos a Pagar	15	19.816	46.318
Outros passivos		-	98
Total do passivo circulante		103.139	79.832
NÃO CIRCULANTE			
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	14	70	40
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	137.627	130.552
Debêntures.	13	351.051	412.215
Impostos e contribuições a recolher	11	246	534
Total do passivo não circulante		488.994	543.341
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	15	235.908	235.908
Reserva legal	15	36.379	32.207
Reserva de lucros	15	59.448	61.740
Total do patrimônio líquido		331.735	329.855
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		923.868	953.028

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida dos serviços prestados	16	251.157	233.680
Custo de serviço prestado	17	(61.663)	(58.871)
LUCRO BRUTO		189.494	174.809
DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	17	(49.116)	(50.975)
Outras despesas (receitas) operacionais	17	-	100.829
		(49.116)	49.854
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		140.378	224.663
Receita financeira	18	52.027	23.813
Despesa financeira	18	(72.666)	(12.118)
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO		(20.639)	11.695
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		119.739	236.358
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	19	(29.230)	(20.563)
Diferido	19	(7.075)	(20.773)
		(36.305)	(41.336)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		83.434	195.022
Resultado básico e diluído por ação, em R$	20	0,88	2,06

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro liquido do exercício	83.434	195.022
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	83.434	195.022

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Capital Social	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023		235.908	22.456	150.721	-	409.085
Lucro líquido do exercício		-		-	195.022	195.022
Distribuição de dividendos intermediários	15	-		(150.721)	-	(150.721)
Distribuição de dividendos intercalares	15	-		(32.812)	-	(32.812)
Constituição de reserva legal	15	-	9.751	-	(9.751)	-
Distribuição de dividendos	15	-		-	(46.318)	(46.318)
Constituição de retenção de lucros	15	-		138.953	(138.953)	-
Juros sobre capital próprio	15	-		(44.401)	-	(44.401)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		235.908	32.207	61.740	-	329.855
Lucro líquido do período		-	-	-	83.434	83.434
Distribuição de dividendos intercalares	15	-	-	(61.738)	-	(61.738)
Constituição de reserva legal	15	-	4.172	-	(4.172)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15	-	-	-	(19.816)	(19.816)
Constituição de retenção de lucros	15	-	-	59.446	(59.446)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025		235.908	36.379	59.448	-	331.735

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		119.739	236.358
Ajustes para reconciliar o resultado com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Remuneração de ativo financeiro de concessão	7	(108.290)	(96.644)
Amortização de ativo intangível	9	14.798	14.798
Juros financiamentos, debêntures e arrendamentos	13	71.215	11.113
Reconhecimento de créditos extemporâneos de PIS e COFINS e atualização monetária	6	(16.010)	(78.475)
Juros sobre empréstimos entre partes relacionadas a receber	8	(31.365)	-
Ajuste a valor presente	18	(124)	(845)
Provisão (reversão) para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	14	30	27
Bônus de adimplência	13	-	(2.103)
Partes relacionadas	8 e 25	11.604	-
Estorno de PIS e COFINS diferidos	11	-	(44.293)
Fluxos de caixa operacionais antes das movimentações no capital de giro		61.597	39.936
Variação no capital circulante:			
Contas a receber	5	7.895	29.150
Impostos a recuperar	6 e 25	(7.437)	(13.456)
Ativo financeiro	7	102.870	95.362
Outros ativos e passivos		312	904
Fornecedores e prestadores de serviços	10	(2.999)	6.353
Partes relacionadas	8 e 25	-	-
Obrigações trabalhistas		53	587
Impostos a recolher	11	(4.398)	(985)
Caixa gerado nas operações		157.893	157.852
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	12	(1.175)	(9.386)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	13	(70.950)	(20.766)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		85.768	127.699
Fluxo de caixa de atividades de investimentos			
Aquisições - ativo financeiro (custo de obra)	7	(10.307)	(8.338)
Aplicações financeiras	4	3.710	-
Mútuo – partes relacionadas	8 e 25	-	(200.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(6.597)	(208.338)
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos			
Operação de Confirming	10	766	(1.389)
Dividendos pagos	15	(21.000)	(201.713)
Juros sobre capital próprio pagos	15	-	(40.591)
Amortização principal de empréstimos	13	(8.400)	(117.134)
Ingresso de Empréstimo e financiamentos	13	-	412.215
Custo de emissão de Debênture	13	(328)	-
Aplicação depósitos vinculados	4	-	5.594
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos		(28.962)	56.982
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa		50.209	(23.656)
Caixa e equivalentes no início do exercício	3	13.274	36.930
Caixa e equivalentes no final do exercício	3	63.483	13.274
Variação do caixa e equivalentes		50.209	(23.656)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas	263.492	300.300
Receita de contrato com cliente	263.348	243.682
Outras receitas	144	56.618
Insumos adquiridos de terceiros	(73.115)	(72.198)
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(49.754)	(46.657)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(23.361)	(25.541)
Valor adicionado bruto	190.377	228.102
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(14.798)	(14.798)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	175.579	213.304
Valor adicionado recebido em transferência	52.027	23.813
Receitas financeiras	52.027	23.813
Valor adicionado total a distribuir	227.606	237.117
Distribuição do valor adicionado	227.606	237.117
Pessoal	16.808	16.297
Remuneração direta	13.190	12.665
Benefícios	2.629	2.599
FGTS	989	1.033
Impostos, taxas e contribuições	54.572	13.390
Federais	42.241	1.712
Municipais	12.331	11.678
Remuneração de capitais de terceiros	72.792	12.408
Juros	71.216	12.118
Aluguéis	122	273
Outros	1.454	17
Remuneração de capitais próprios	83.434	195.022
Dividendos	19.816	46.318
Lucros retidos	63.618	148.704

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Valores expressos em milhares de Reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL - A OZN Health SPE S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de propósito específico, com sede em Manaus (AM), constituída em 30 de abril de 2013 e detém a parceria público-privada com o Governo do Estado do Amazonas que consiste na concessão administrativa para a prestação de serviço de construção, fornecimento de equipamentos, manutenção e gestão dos serviços não assistenciais do Hospital e Pronto Socorro Delphina Rinaldi Abdel Aziz, nos termos do Contrato de Concessão nº 061/2013 firmado em 30 de abril de 2013, pelo prazo de 20 anos. A Companhia é controlada integralmente pela OPY HEALTHCARE GESTÃO DE ATIVOS E INVESTIMENTOS S.A. (“Controladora”), a qual, por sua vez, tem como controlador final o fundo IG4 BTG Pactual Infra Social Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia IE. Em 2 de setembro de 2025, a Companhia obteve o registro Categoria B junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). A Companhia não realizou, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, atividades não vinculadas ao objeto de sua concessão. **2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 2.1 Declaração de conformidade -** As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão descritas na nota explicativa 2.6. As mudanças nas políticas contábeis materiais estão descritas na nota explicativa 2.7. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão. **2.2 Base de elaboração -** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços, quando tais transações são originadas. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. **2.3 Continuidade operacional -** A Administração avalia constantemente a lucratividade das operações e posição financeira da Companhia e tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, aplicou-se a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras. **2.4 Moeda funcional e de apresentação -** As demonstrações financeiras são apresentadas em Milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma (os saldos em dólares e em outras moedas, quando aplicáveis, também são apresentados em milhares). **2.5 Uso de julgamento e estimativas -** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os montantes reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. As informações sobre julgamentos críticos efetuados pela Administração da Companhia referente às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão relacionadas a seguir: **2.5.1 Avaliação dos instrumentos financeiros -** A nota explicativa nº 21 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros. **2.5.2 Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis -** O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Os montantes provisionados pela Companhia com base neste julgamento estão detalhados na nota explicativa nº 14. **2.5.3 Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos -** São reconhecidos para todos os créditos e perdas tributárias não utilizadas e diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que haja diferenças temporárias tributáveis, ou seja, provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data das demonstrações financeiras e pode ser baixado na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data das demonstrações financeiras e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Dessa forma, sempre que necessário, a Companhia faz o uso de estimativas para concluir sobre a provável existência de lucros tributáveis futuros, valendo-se da avaliação de risco do negócio e projeções de desempenho. **2.5.4 Perdas de crédito esperadas -** As perdas de crédito esperadas são mensuradas com base em estimativas ponderadas pelo risco de perda ao qual ativos financeiros da Companhia estão sujeitos. Os riscos de perda, geralmente, refletem o risco de crédito do instrumento financeiro ou da contraparte contratualmente vinculada, e leva em consideração informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. **2.6 Políticas contábeis materiais -** As políticas contábeis materiais descritas a seguir foram aplicadas consistentemente pela Companhia para todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **2.6.1 Caixa e equivalentes de caixa -** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor. **2.6.2 Contas a receber -** Representa em grande parte os saldos a receber contratualmente previstos junto ao Poder Concedente referente às contraprestações mensais que a Companhia passou a fazer jus após o início das operações do Hospital Delphina Rinaldi Abdel Aziz. **2.6.3 Impostos a recuperar -** Conforme mencionado na nota explicativa nº 6, a Companhia reconhece créditos de impostos a recuperar, especialmente PIS e COFINS, oriundos da operação do Hospital. Os referidos créditos são originados e reconhecidos no balanço patrimonial à medida em que são adquiridos insumos para execução dos serviços de construção e operação do Hospital. Tais créditos são utilizados pela Companhia, sempre que permitido por lei, para abater eventuais saldos a recolher oriundo de suas operações. A Companhia espera utilizar estes saldos ao longo de seu contrato de concessão. **2.6.4 Contratos de concessão - ativo financeiro -** O contrato de concessão é registrado conforme os requerimentos do ICPC-01 (R1) e OCPC-05 e, por se tratar de contrato de execução, onde os serviços de construção representam geração de receita adicional durante o prazo da concessão, o reconhecimento do direito (de explorar) e das obrigações (de construir) é feito à medida que os serviços de construção são prestados. O direito contratual cedido pelo Poder Concedente é reconhecido como Ativo Financeiro, pois representa um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro pela prestação dos serviços de construção. Para mensurar esta classificação, a Companhia utiliza como critério: a proporção da receita garantida, que é a receita que não depende de demanda, sobre a receita total, que é a soma das receitas de contraprestação oriundas do contrato de concessão, o aditivo contratual e as receitas extraordinárias, todos trazidos a valor presente. Dos valores faturados referentes à Contraprestação Pública Máxima, a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação do ativo financeiro, é utilizada para a baixa do respectivo ativo financeiro. **2.6.5 Intangível -** A Companhia reconhece um ativo intangível decorrente de um contrato de concessão quando ela tem direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão ou explorá-la e o valor a ser recebido depende da demanda. Um ativo intangível, recebido como contraprestação por serviços de construção fornecido em um contrato de concessão é mensurado ao valor justo no reconhecimento inicial. A estimativa de vida útil de um ativo intangível em um contrato de concessão é o período contado a partir de quando a Companhia se torna apta a cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura até o final do período de concessão. Esta estimativa de vida útil é a premissa utilizada para o cálculo de amortização do saldo do intangível. **2.6.6 Demais ativos circulantes e não circulantes -** São demonstrados ao custo ou pelo valor de realização, dos dois o menor, e incluem os rendimentos auferidos. **2.6.7 Empréstimos e financiamentos -** A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo através do resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se toma uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. Considerando as características contratuais e o modelo de negócio utilizado pela Companhia, todos os financiamentos, em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, estão classificados como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. **2.6.8 Impostos a recolher -** Representa os saldos a recolher oriundos das operações de serviços de concessão e demais receitas acessórias. A Companhia reconhece estas obrigações pelo montante devido de acordo com os valores apurados, na competência em que os serviços são prestados. Sempre que permitido por lei, a Companhia utiliza-se da compensação de impostos para liquidar saldos passivos de tributos a pagar. **2.6.9 Imposto de Renda e Contribuição Social -** O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Caso haja prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social ou outros créditos fiscais não utilizados, a Companhia, sempre que permitido por legislação vigente, utiliza-se destes créditos para realizar a compensação de 30% do valor-base tributável. Considera-se como imposto corrente aquele imposto a pagar ou a recuperar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação a exercícios anteriores, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não possui quaisquer operações ou saldos referentes à impostos correntes ou diferidos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. *Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente.* A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a recuperar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a recuperar é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente à medida em que seja permitido por lei e todos os critérios específicos sejam atendidos. *Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido.* Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa ou receita de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: (a) diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil e (b) Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente à medida em que seja permitido por lei e todos os critérios específicos sejam atendidos. **2.6.10 Reconhecimento das receitas -** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, apurada pelo regime contábil de competência. Na demonstração do resultado do exercício, a receita é apresentada líquida dos impostos incidentes. A Companhia reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos-futuros serão apurados e o controle sobre o produto ou serviço é transferido para o cliente, considerando cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir: *Receitas de operação* - Referem-se às receitas provenientes dos serviços de concessão do Hospital e são reconhecidas no período em que os serviços são prestados. *Receitas de remuneração do ativo financeiro* - São as receitas reconhecidas mensalmente em função da correção do ativo financeiro a uma taxa pré-fixada no Contrato de Concessão e que, conforme descrito na nota explicativa nº 7, são calculadas com base no saldo do ativo financeiro do mês anterior. *Receitas de construção* - Representam as receitas reconhecidas pela Companhia em função da realização de serviços de construção, melhoria e manutenção das obras civis do Hospital. Tais receitas são mensuradas e reconhecidas conforme o estágio de execução das obras e aquisição de equipamentos ao final de cada exercício. *Receitas e despesas financeiras* - Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras e variações monetárias sobre ativos e passivos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros a pagar sobre os contratos de financiamentos, debentures e operações de Confirming da Companhia. O reconhecimento destas despesas financeiras relacionadas aos juros dos financiamentos se dá em observância ao princípio contábil da competência e respeitadas as definições contratuais de cada instrumento de dívida. Receitas e despesas com juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. **2.6.11 Resultado por ação -** O resultado por ação é cálculo por meio do lucro por ação básico, que é obtido pela divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias. **2.6.12 Instrumentos financeiros -** *Reconhecimento e mensuração inicial* - Os saldos a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que se originam. Todos os demais ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros da Companhia se dão, geralmente, pelos valores justos destes itens, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. *Classificação e mensuração subsequente* - (a) Ativos financeiros - Conforme dispositivos trazidos pelo CPC 48 – Instrumentos financeiros, a Companhia realiza a classificação de seus ativos financeiros nas seguintes categorias: • Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos e administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros; • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros, quanto para a venda; ou; • Valor justo por meio do resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendam a nenhum dos critérios descritos acima. Os ativos financeiros não são reconhecidos quando: i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ii) a Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro e (a) tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. (b) Passivos financeiros - Os passivos financeiros são classificados conforme abaixo: • Custo amortizado: principalmente destinado ao reconhecimento de passivos financeiros que não sejam mantidos para negociação, não sejam derivativos e que não tenham sido designados, em seu reconhecimento inicial, sob a opção de valor justo; ou; • Valor justo: utilizado para o reconhecimento dos passivos financeiros mantidos para negociação e àqueles que, em seu reconhecimento inicial, forem designados sob a opção de valor justo, podendo ser feito o reconhecimento das alterações de valor justo através do resultado ou por meio de outros resultados abrangentes, a depender da natureza que originar tal alteração. A baixa de passivos é realizada quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o não reconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **2.6.13 Provisões -** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. **2.6.14 Informações por segmento -** As informações por segmento de negócio são apresentadas na nota explicativa nº 24 de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal órgão tomador de decisões da Companhia, responsável pela definição da alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria Executiva. **2.6.15 Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”) -** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS Accounting Standards. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos das perdas de crédito esperada), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativo se a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros da controlada, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **2.7 Novos pronunciamentos em vigor no exercício corrente -** No exercício corrente, a Companhia aplicou as seguintes alterações às IFRS Accounting Standards emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), bem como novas orientações técnicas, que são obrigatoriamente válidas para um período que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2025. A sua adoção não trouxe impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras. • Alterações à IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulados Falta de conversibilidade. A Companhia adotou as alterações à IAS 21s, pela primeira vez no exercício corrente. As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não for. • OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO). A Companhia adotou a orientação técnica OCPC 10, pela primeira vez no exercício corrente. Esta orientação técnica visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro. **2.8 Novos pronunciamentos emitidos e ainda não aplicáveis -** Na data de autorização destas demonstrações financeiras a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir já emitidas e ainda não aplicáveis no exercício corrente. **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras**: Divulgação do desempenho financeiro das empresas, tais como: Três categorias definidas para receitas e despesas – operacional, investimentos e financiamentos – e novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional; Divulgação de informações sobre indicadores específicos da empresa relacionados à demonstração de resultado, denominados medidas de desempenho definidas pela administração; Orientações aprimoradas quanto à organização das informações e se elas devem ser fornecidas nas demonstrações financeiras primárias ou nas notas; Maior transparência para as despesas operacionais; e Requisitos específicos sobre como as empresas, tais como bancos e seguradoras, classificam as receitas e despesas na categoria operacional. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2027. **IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública**: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações: A IFRS 19 é opcional para subsidiárias elegíveis e descreve as exigências de divulgação para subsidiárias que optam por aplicá-la. Esta norma permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar às IFRS nas suas demonstrações financeiras. A subsidiária é elegível para divulgações reduzidas se não tiver responsabilidade pública e sua controladora final ou qualquer controladora intermediária preparar demonstrações financeiras consolidadas disponíveis ao público que atendam as Normas Contábeis IFRS. A Companhia espera que suas subsidiárias possam beneficiar-se deste novo pronunciamento, entretanto, ainda está avaliando se os reguladores locais aprovarão a aplicação da IFRS 19. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2027. **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros -** Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7 - Contratos que fazem referência à eletricidade cuja geração dependente de condições naturais. As alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros (Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7) são: **Desreconhecimento de passivo financeiro liquidado por transferência eletrônica -** As alterações permitem que uma entidade considere como liquidada uma obrigação financeira (ou parte da obrigação financeira) que será liquidada por meio de um sistema de pagamento eletrônico antes da data de liquidação, se critérios específicos forem atendidos. Se uma entidade optar por aplicar essa política contábil, será requerida a aplicá-la a todas as liquidações realizadas por meio do mesmo sistema de pagamento eletrônico. **Classificação de ativos financeiros - • Termos contratuais que são consistentes com um acordo básico de empréstimo -** As alterações fornecem orientação sobre como uma entidade pode avaliar se os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro são consistentes com um acordo básico de empréstimo. Isso tem como objetivo auxiliar uma entidade a aplicar os requisitos para avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características vinculadas a questões ambientais, sociais e de governança (ESG). **•Ativos financeiros com características ‘non-recourse’ -** As alterações aprimoram a descrição do termo ‘non-recourse’, em especial para especificar que um ativo financeiro possui características de ‘non-recourse’ quando o direito final da entidade de receber fluxos de caixa é contratualmente limitado aos fluxos de caixa gerados por ativos específicos. **• Instrumentos contratualmente vinculados -** As alterações esclarecem as características dos instrumentos contratualmente vinculados que os diferenciam de outras operações. Em especial, destacam que esses instrumentos estabelecem uma ordem de prioridade nos pagamentos aos detentores de ativos financeiros por meio de múltiplos instrumentos vinculados (tranches), utilizando uma estrutura de pagamento em cascata (waterfall). Essa estrutura resulta em concentração de risco de crédito e em uma distribuição desproporcional de perdas entre os detentores das diferentes tranches. As alterações também observam que nem toda operação com vários instrumentos de dívida atende aos critérios para ser considerada como envolvendo instrumentos contratualmente vinculados. Além disso, esclarecem que a referência aos instrumentos na carteira subjacente pode incluir ativos financeiros que não estão dentro do escopo dos requisitos de classificação. **Divulgações - • Investimento em instrumento patrimonial designado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes -** Os requisitos do IFRS 7 foram alterados para exigir que a entidade divulgue o ganho ou perda de valor justo reconhecido no resultado abrangente durante o período, divulgando separadamente o ganho ou perda de valor justo relacionado aos investimentos baixados no período e o ganho ou perda de valor justo relacionado aos investimentos mantidos ao final do período. **• Termos contratuais que podem alterar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais -** As alterações exigem que a entidade divulgue termos contratuais que possam alterar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais na ocorrência (ou não ocorrência) de um evento contingente que não estejam diretamente relacionados a mudanças nos riscos e custos básicos de empréstimos. Os requisitos se aplicam a cada classe de ativo financeiro mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, bem como a cada classe de passivo financeiro mensurado ao custo amortizado. As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida adoção antecipada. Se uma entidade optar por aplicar essas alterações em um período anterior, ela deverá: • Aplicar todas as alterações ao mesmo tempo e divulgar esse fato; ou; • Aplicar apenas as alterações relacionadas à classificação de ativos financeiros para esse período anterior e divulgar esse fato. As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente, de acordo com a IAS 8, com exceções específicas. Exceto pelo IFRS 18, os diretores não esperam que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros. **3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA -** A composição do saldo apresentado como caixa e equivalentes de caixa é como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Bancos	66	41
Aplicações financeiras de liquidez imediata (a)	63.417	13.233
	63.483	13.274

(a) As aplicações financeiras referem-se a investimentos em Certificado de Depósito Bancário (CDB) remunerados a uma taxa média de aproximadamente 105,79% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (99,00% do CDI em 31 de dezembro de 2024). Estas aplicações são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e possuem liquidez diária, não estando sujeitas a risco significativo de mudança de valor e possuem vencimentos inferiores a três meses da data de contratação, logo, são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2). **4 APLICAÇÕES FINANCEIRAS -** A composição do saldo apresentado de aplicações financeiras é como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
BASA	-	2.541
Santander	-	1.169
	-	3.710
Circulante	-	3.510
Não circulante	-	200

No mês de maio de 2025, as aplicações financeiras mantidas no ativo circulante e não circulante, que atuavam como garantias dadas pela Companhia e títulos de capitalização junto às instituições financeiras Banco Santander e Banco da Amazônia relativo à contratação das cartas-fiança existentes até o período anterior, foram encerradas e resgatadas. **5 CONTAS A RECEBER -** Referem-se aos saldos a receber junto à Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas – SES-AM decorrentes da contraprestação mensal de serviços de construção, fornecimento de equipamentos, manutenção e gestão dos serviços não assistenciais referentes à primeira fase do complexo hospitalar Pronto Socorro Delphina Rinaldi Abdel Aziz, nos termos do Contrato de Concessão nº 061/2013 firmado em 30 de abril de 2013.

	31/12/2025	31/12/2024
Contraprestação pública	38.405	46.300
Receitas acessórias	13	13
	38.418	46.313

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. A Companhia entende que suas contas a receber representam direitos a receber adquiridos em contrapartida à conclusão ou atendimento de suas obrigações e direitos contratuais e, portanto, não reconhece nenhum impacto de perda sobre estes saldos. O saldo a receber, classificado pelos prazos de vencimento em 31 de dezembro de 2025 e de 31 de dezembro de 2024, está distribuído conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Valores a Vencer	38.027	35.742
Vencidos	-	
De 1 a 30 dias	-	13
Acima de 360 dias (i)	391	10.558
	38.418	**46.313**

A Administração entende que não é necessário o reconhecimento de provisão para perdas de créditos esperadas, devido ao Fundo de Parcerias Público-Privadas do Estado do Amazonas ser garantidor do recebimento de até três contraprestações mensais nos termos do Contrato de Concessão. Dado que as notas fiscais foram emitidas e atestadas pelo poder concedente, o direito do recebimento é incontestável. A companhia pode acionar a qualquer momento o Fundo de Parcerias Público-Privadas para o recebimento total das contraprestações vencidas. (i) No Ano de 2025 ocorreu o recebimento de R$10.179 referente a parcela de contraprestação que estava em discussão com a SES-AM através de protocolos e ofícios. O saldo remanescente será recebido até 31 de dezembro de 2026. **6 IMPOSTOS A RECUPERAR -** Os saldos de impostos a recuperar podem ser assim demonstrados:

	31/12/2025	31/12/2024
PIS/COFINS (a)	84.359	85.532
IRPJ/CSLL(b)	3.192	3.070
Outros	1.081	1.018
	88.632	**89.620**
Circulante	17.360	16.284
Não Circulante	71.272	73.336

(a) O montante refere-se substancialmente aos créditos de PIS e COFINS reconhecidos ao longo de 2024 pela Companhia. Em maio de 2020, a Companhia ingressou com ação judicial visando à suspensão da incidência de PIS e COFINS sobre a prestação de serviços, com fundamento na tese de que suas atividades estariam abrangidas pelos benefícios fiscais aplicáveis à Zona Franca de Manaus. Em novembro de 2024, foi proferida decisão favorável à Companhia, em trânsito em julgado. Em decorrência disso, os valores de PIS e COFINS recolhidos no período de 2017 a 2022 foram reconhecidos como crédito tributário, passível de compensação com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, nos termos da legislação aplicável. (b) O montante corresponde aos impostos retidos na fonte pelo poder concedente referente as notas de serviços prestados. **7 ATIVO FINANCEIRO**

Saldo em 1 de janeiro de 2024	**466.872**
Recebimentos	(95.362)
Atualização monetária do ativo financeiro (*)	96.644
Adições	8.337
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**476.491**
Circulante	82.877
Não Circulante	393.614
Saldo em 1 de janeiro de 2025	**476.491**
Recebimentos	(102.870)
Atualização monetária do ativo financeiro (*)	108.290
Adições	10.307
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**492.218**
Circulante	108.915
Não Circulante	383.303

A Companhia apresentou um ativo financeiro no montante de R$492.218 em 31 de dezembro de 2025 (R$476.491 em 31 de dezembro de 2024) representando o valor atual dos pagamentos mínimos anuais que remuneram a concessão. Os juros e as atualizações monetárias incorridos no período findo em 31 de dezembro de 2025 foram de R$108.290 (R$96.644 em 31 de dezembro de 2024), registrados como receita de remuneração do ativo financeiro. A Companhia reconhece mensalmente a remuneração sobre o saldo do ativo financeiro apurado no mês anterior. Esse saldo é atualizado pela taxa de 11,50% ao ano, em conformidade com as disposições do Contrato de Concessão. A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir na concessão, tendo sido apurada por meio da metodologia do Capital Asset Pricing Model - CAPM, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento. Adicionalmente o saldo do ativo financeiro é atualizado anualmente através da cesta de índices de reajustes sobre o contrato de concessão que apresentou na totalidade 6,39% em 2025 e 4,41% para o ano de 2024. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia avaliou e concluiu que não há nenhum indicativo de impairment no ativo financeiro. **8 OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS -** A Companhia realizou operação de Mútuo, no valor de R$200.000 na data de 26 de dezembro de 2024 à Mutuária (OPY HEALTHCARE GESTÃO DE ATIVOS E INVESTIMENTOS S.A), corrigido a 100% da taxa CDI, acrescida de 2% a.a., calculados a partir de janeiro de 2025, com vencimento em abril de 2033. A amortização ocorrerá conforme quadro abaixo:

Ano	Amortização (Principal + juros)
2025	8,0%
2026	8,0%
2027	8,0%
2028	10,0%
2029	10,0%
2030	10,0%
2031	5,0%
2032	5,0%
2033	36,0%
Total	100,0%

Repactuação da taxa de juros - Em 25 de agosto de 2025, foi aprovado em ato societário, a repactuação da taxa do Mútuo realizado entre a Companhia e à Mutuária (OPY HEALTHCARE GESTÃO DE ATIVOS E INVESTIMENTOS S.A). Após a repactuação, a taxa passou de 100% da taxa CDI, acrescida de 2% a.a., para 100% da taxa CDI, acrescida de 4% a.a., calculados a partir de 01 de setembro de 2025. Em 31 de outubro de 2025, ocorreu o abatimento parcial do saldo de mútuo com a mutuaria (OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A) no valor total de R$87.056, mediante a compensação com dividendos intermediários, sendo R$46.318 já existentes no Balanço Patrimonial de 30 de setembro de 2025 e R$40.738 associados a reserva de lucros apresentada no Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2024.

Partes Relacionadas	Modalidade	Data da captação	Vencimento	Juros e encargos (a.a.)	Valor captado	Posição atualizada em 31/12/2025	Posição atualizada em 31/12/2024
OPY HEALTH	Mútuo	26/12/2024	01/04/2033	100% CDI e 4% a.a.	200.000	132.705	200.000
					200.000	**132.705**	**200.000**
Circulante						14.310	16.000
Não Circulante						118.395	184.000

Mútuo – partes relacionadas	31/12/2024	Principal: Adições	Principal: Pagamentos	Juros e encargos: Adições	Juros e encargos: Pagamentos	31/12/2025
Mútuo – partes relacionadas	200.000	-	(71.310)	31.365	(27.350)	132.705
	200.000	**-**	**(71.310)**	**31.365**	**(27.350)**	**132.705**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos decorrentes das transações entre partes relacionadas, são:

	Relação	31/12/2025	31/12/2024
Resultado			
Custo dos serviços prestados			
Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A (i)	Acionista	(12.132)	(10.633)
Opy Serviços Hospitalares S.A (i)	Parte relacionada	(3.120)	(5.283)
Resultado financeiro			
Receita de juros sobre mútuo com partes relacionadas	Acionista	31.365	-
		16.113	**(15.916)**

(i) Refere-se a prestação de serviços administrativos e gestão estratégica realizados. Estas prestações foram todas liquidadas dentro do exercício.

	Dividendos a pagar 31/12/2025	Dividendos a pagar 31/12/2024
Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A	19.816	46.318
	19.816	**46.318**

Remuneração do pessoal-chave da administração - A remuneração é paga ao pessoal-chave da administração por serviços prestados, referindo-se a benefícios de curto prazo, essencialmente salários e pró-labore, no montante de R$2.062 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e R$3.383 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Não houve pagamentos realizados diretamente pela Companhia de tais benefícios para os mesmos

continua.....

Assinado digitalmente por Empresa Jornal do Comercio Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site
http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/5247-853D-C6A2-BF14

...continuação

OZN HEALTH SPE S.A.

CNPJ 18.080.368/0001-72

exercícios. **9 INTANGIVEL -** Corresponde ao direito da Companhia de cobrar pelo uso da infraestrutura ou de explorá-la, junto ao poder concedente, nos termos do Contrato de Concessão nº 061/2013 firmado em 30 de abril de 2013, pelo prazo de 20 anos.

Direito de uso de concessão 2025	
Custo	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**265.298**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**265.298**
Amortização acumulada	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(142.286)**
Amortização do período	(14.798)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(157.084)**
Saldo Residual Líquido	
Em 31 de dezembro de 2024	**123.012**
Em 31 de dezembro de 2025	**108.214**

10 FORNECEDORES E OPERAÇÕES DE CONFIRMING - A segregação entre as naturezas dos fornecedores da Companhia pode ser assim detalhada:

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores - confirming (a)	13.381	12.615
Ajuste valor presente - confirming	(907)	(783)
Fornecedores – terceiros	8.185	11.184
	20.659	**23.016**

A Companhia coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados. Ver detalhes na nota explicativa nº 22. (a) A Companhia mantém convênios de confirming com instituições financeiras para gestão de seus compromissos junto a fornecedores estratégicos. Nessas operações, os fornecedores cedem seus direitos de recebimento às instituições financeiras, que realizam o pagamento antecipado dos títulos mediante aplicação de uma taxa de desconto de 1,34%, passando a serem credoras da operação até a liquidação final, mantidos os prazos e valores originalmente pactuados, de até 120 dias. As operações de confirming possuem condições comerciais específicas e, por essa razão, são classificadas como atividades de financiamento na demonstração do fluxo de caixa. Após revisão da composição da carteira, a Administração concluiu que não houve alteração nos prazos ou nas demais condições contratuais das obrigações com fornecedores. O principal objetivo dessas operações é oferecer aos fornecedores uma alternativa de antecipação de seus recebíveis, sem modificação substancial das condições comerciais originalmente estabelecidas com a Companhia. **Movimentação fornecedores Confirming**

	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2025
Fornecedores Confirming	12.615	31.561	(30.795)	13.381
Total	**12.615**	**31.561**	**(30.795)**	**13.381**
	31/12/2023	**Adições**	**Baixas**	**31/12/2024**
Fornecedores Confirming	14.004	29.086	(30.475)	12.615
Total	**14.004**	**29.086**	**(30.475)**	**12.615**

11 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER - Os montantes a recolher de impostos e contribuições são originados das operações de serviços de concessão e demais receitas, conforme detalhado na nota explicativa nº 16. A composição dos impostos e contribuições a recolher é assim demonstrada:

	31/12/2025	31/12/2024
Pis e COFINS a recolher (i)	420	754
IOF a recolher (ii)	-	3.684
Outros impostos	1.373	1.753
	1.793	**6.191**
Circulante	1.547	5.657
Não circulante	246	534

(i) Em 31 de agosto de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nos termos da Medida Provisória Nº 783, de 31 de maio de 2017, para parcelamento de débitos de PIS e COFINS até março de 2017 de R$13.745 (incluindo multas e juros). Até 31 de dezembro de 2025, a Companhia efetuou o pagamento de 117 parcelas, restando 29 parcelas a serem pagas mensalmente. (ii) IOF a recolher referente ao mútuo. Os detalhes desta operação estão detalhados na nota explicativa nº 8. **12 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECOLHER -** Os saldos de imposto de renda e contribuição social a recolher, originados da apuração do lucro líquido tributável da Companhia, estão demonstrados a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ a Recolher	2.601	289
CSLL a Recolher	2.194	886
	4.795	1.175

Conciliação do IRPJ e CSLL corrente:

	IRPJ	CSLL	Total
Saldo a pagar 31 de dezembro 2024	289	886	1.175
Provisão impostos	21.418	7.812	29.230
Compensação impostos IRRF	(12.520)	-	(12.520)
Compensação impostos Perd/Comp	(6.297)	(5.618)	(11.915)
Pagamento impostos	(289)	(886)	(1.175)
Saldo a pagar 31 de dezembro de 2025	**2.601**	**2.194**	**4.795**

A conciliação do IR e CSLL corrente e diferido está demonstrada na nota explicativa nº 19. **13 DEBÊNTURES -** Em 26 de novembro de 2024, a Companhia realizou a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, e de espécie quirografária, no valor de R$ 420.000, com prazo de 7 anos, remuneração equivalente a CDI + 3,50% ao ano e carência de 11 meses para amortização do principal. Os recursos captados foram integralmente destinados à quitação de contratos de financiamentos anteriormente celebrados com o Banco da Amazônia (BASA), BNDES, Banco Votorantim, bem como ao pagamento de dividendos e à liquidação de mútuos com partes relacionadas. A operação conta com garantia fidejussória, representada por carta fiança no valor equivalente a três parcelas vincendas da dívida, emitida em favor do agente Fiduciário, Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Adicionalmente, foram constituídas as seguintes garantias reais: (i) cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos do Contrato de Concessão, conforme cláusula 4; (ii) alienação fiduciária das ações da Companhia detidas pela Controladora. A emissão é regida, entre outros, pelos seguintes instrumentos: (i) Escritura de Emissão; (ii) Contratos de Garantia, incluindo a alienação de ações e a cessão fiduciária de direitos creditórios; (iii) Instrumento Particular de Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, celebrado entre a emissora, a fiadora e as instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários; (iv) Contrato de Prestação de Serviços de Banco Depositário ("Contrato Serviços de Cauções e Outros"); (v) demais instrumentos celebrados com prestadores de serviços contratados no âmbito da emissão e da oferta; e (vi) eventuais aditamentos e anexos aos documentos mencionados nos itens acima. O saldo principal encontra-se apresentado líquido dos custos de transação, conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) – Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários. Segue abaixo as movimentações das debêntures ocorridas no período:

Modalidade	Data da captação	Data de vencimento	Juros e encargos (a.a.)	Valor captado	Posição em 31/12/2025	Posição em 31/12/2024
Debentures	20/12/2024	26/11/2031	100% DI+3,5%a. a	420.000	404.498	412.961
Circulante (Principal)					54.561	746
Circulante (Custo emissão debentures)					(1.114)	-
					53.447	746
Não circulante (Principal)					358.029	420.000
Não circulante (custo emissão debentures)					(6.978)	(7.785)
					351.051	412.215
Total					404.498	412.961

Segue abaixo as movimentações das debêntures ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Debêntures	31/12/2024	Principal Adições	Principal Pagamentos	Juros e encargos Adições	Juros e encargos Pagamentos	31/12/2025
Debêntures emitidas	420.000	-	(8.400)	-	-	411.600
Juros Contrato	1.492	-	-	71.054	-	72.546
Amortização juros contrato	(746)	-	-	-	(70.950)	(71.696)
Custo com emissão debentures	(7.785)	(328)	-	161	-	(7.952)
	412.961	(328)	(8.400)	71.215	(70.950)	404.498

Debêntures	31/12/2023	Principal Adições	Principal Pagamentos	Juros e encargos Adições	Juros e encargos Pagamentos	31/12/2024
Debêntures emitidas	-	420.000	-	-	-	420.000
Juros Contrato	-	-	-	1.492	-	1.492
Amortização juros contrato	-	-	-	-	(746)	(746)
Custo com emissão debentures	-	(7.785)	-	-	-	(7.785)
	-	(412.215)	-	1.492	(746)	412.961

13.1. Covenants - O contrato das debêntures contém cláusulas de covenants financeiros que estabelecem a manutenção de determinados índices financeiros mínimos e máximos, conforme estabelecido em contrato. Esses covenants são mensurados com base no Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") e na razão Dívida Líquida/EBITDA Cash. O ICSD deverá ser calculado como a razão entre: **(A)** *Geração Operacional de Caixa*, correspondente ao Fluxo de Caixa Operacional proveniente das atividades operacionais, considerando o somatório dos recebimentos de contraprestação pública, inclusive aqueles relacionados ao ativo financeiro, bem como de outras Receitas Operacionais, líquidas de eventuais compartilhamentos com o Poder Concedente, deduzidos os custos e despesas operacionais e administrativos, incluindo tributos e impostos incidentes sobre as receitas; e; **(B)** *Serviço da Dívida*, corresponde à amortização do principal e ao pagamento de juros decorrentes de passivos onerosos assumidos pela Emissora, a serem pagos no respectivo período. Sendo ICSD = A / B. A Dívida Líquida corresponde ao somatório dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, incluindo mútuos, avais e emissões de títulos de renda fixa no mercado nacional ou internacional, acrescido do montante de operações de risco sacado que excedam o valor total de R$ 15.000. O EBITDA Cash é calculado com base no período de 12 meses anteriores à respectiva data de apuração, e corresponde ao lucro ou prejuízo antes de: (a) impostos, tributos, contribuições e participações minoritárias; (b) despesas de depreciação e amortização; e; **(c)** despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras. Para fins de cálculo do EBITDA Cash, são excluídos: 1) receitas de remuneração de ativo financeiro; 2) receitas de construção, baixas do ativo financeiro relacionados à concessão ou à sua remuneração, bem como os impostos incidentes sobre o ativo financeiro; e; **3)** custos de construção. O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) deve ser igual ou superior a 1,2, sendo apurado semestralmente, com base nos valores acumulados dos últimos doze meses, conforme demonstrado nas demonstrações financeiras da OZN. Adicionalmente, a razão Dívida Líquida/EBITDA Cash deve ser igual ou inferior aos seguintes limites discriminados abaixo, conforme o ano de apuração:

Período	Limite Dív. Líq / EBITDA Cash
2024	<= 3,0
2025	<= 2,9
2026 e 2027	<= 2,5
2028 e 2029	<= 2,0
2030 e 2031	<= 1,0

Os Covenants são mensurados semestralmente, e em 31 de dezembro de 2025 (data de mensuração mais recente) a Companhia cumpriu com os índices financeiros.

Índice	Limite	12 meses LTM 31/12/2025
ICSD	>= 1,2	1,9
Dívida Líquida/EBITDA Cash	<= 2,9	2,3

14 PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS - Trabalhistas - As provisões para riscos trabalhistas refletem a opinião de assessores jurídicos de que a Companhia incorre em risco provável de perda em certos pleitos trabalhistas. Tais processos estão relacionados essencialmente a pleitos para pagamento de configuração de doenças ocupacionais. Sempre que uma decisão judicial é integral ou parcialmente favorável à Companhia, a diferença entre o valor provisionado e o valor efetivamente devido é estornado no resultado do exercício em que tal decisão for proferida. A movimentação das provisões para riscos trabalhistas, pode ser assim demonstrada:

	31/12/2024	Provisão	Reversão	31/12/2025
Trabalhista	40	70	(40)	70
Total	**40**	**-**	**-**	**70**

	31/12/2023	Provisão	Reversão	31/12/2024
Trabalhista	13	40	(13)	40
Total	**13**	**40**	**(13)**	**40**

Na data das demonstrações financeiras, a Companhia não possui processos classificados com risco de perda possível ou remota. A Administração mantém acompanhamento contínuo de eventuais riscos legais, tributários, cíveis, trabalhistas ou regulatórios que possam impactar suas operações, revisando periodicamente suas estimativas e classificações de risco. **15 PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Capital social -** O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2025 é de R$235.908, representado por 94.500.000 ações, nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o capital social é composto conforme apresentado abaixo:

Acionistas	31/12/2025 Ações (ON)	31/12/2025 Participação (R$)	31/12/2025 Participação (%)	31/12/2024 Ações (ON)	31/12/2024 Participação (R$)	31/12/2024 Participação (%)
Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.	94.500	235.908	100,00%	94.500	235.908	100,00%
	94.500	**235.908**	**100,00%**	**94.500**	**235.908**	**100,00%**

Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio - Em 28 de fevereiro de 2025 e 30 de abril de 2025 foram ratificadas em assembleia a distribuição e pagamentos de Juros Sobre Capital Próprio, Dividendos intermediários e Dividendos intercalares, relativos a lucros auferidos pela Companhia em exercícios anteriores, conforme demonstrativo abaixo:

Data Pagamento	Ano Base	Juros Capital Próprio	Dividendos	Total
29/11/2024	2021/2022	19.000	-	19.000
26/12/2024	2019	-	1.727	1.727
26/12/2024	2020	-	5.856	5.856
26/12/2024	2021	-	8.317	8.317
26/12/2024	2022	-	29.546	29.546
26/12/2024	2023	-	54.564	54.564
26/12/2024	2024	-	62.490	62.490
26/12/2024	2024	-	3.684	3.684
27/12/2024	2024	-	10.200	10.200
		19.000	176.384	195.384

Em 28 de fevereiro de 2025, foi ratificado em assembleia o pagamento de dividendos intermediários no montante R$10.000, nos termos do artigo 25º do Estatuto Social da Companhia, valor esse referente a lucros da companhia auferidos sobre lucros acumulados no balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2024 que foram pagos em 07 de fevereiro de 2025. Em 28 de fevereiro de 2025 foi aprovado em ato societário, o pagamento de dividendos intermediários no montante R$11.000, nos termos do artigo 25º do Estatuto Social da Companhia, valor esse referente a lucros da companhia auferidos sobre lucros acumulados no balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2024 que foram pagos em 10 de março de 2025. Em 14 de outubro de 2025 foi aprovado em ato societário o abatimento parcial do saldo credor de mútuo com a mutuária (OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A) no montante R$87.056. O abatimento foi realizado por meio da compensação de dividendos intermediários no montante de R$ 46.318 já existentes no Balanço Patrimonial de 30 de setembro de 2025 além da nova deliberação de R$ 40.738. Segue demonstrativo abaixo dos dividendos e juros sobre capital próprio pagos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

2025:

Data de pagamento	Juros Capital Próprio	Dividendos	Total
07/02/2025	-	10.000	10.000
10/03/2025	-	11.000	11.000
31/10/2025	-	40.738	46.318
31/10/2025	-	46.318	40.738
	-	108.056	108.056

2024:

Data de pagamento	Juros Capital Próprio	Dividendos	Total
09/01/2024	25.401		25.401
09/01/2024	-	629	629
26/02/2024	-	7.700	7.700
27/03/2024	-	2.500	2.500
20/04/2024	-	7.000	7.000
20/06/2024	-	7.500	7.500
29/11/2024	19.000	-	19.000
26/12/2024	-	1.727	1.727
26/12/2024	-	5.856	5.856
26/12/2024	-	8.317	8.317
26/12/2024	-	29.546	29.546
26/12/2024	-	54.564	54.564
26/12/2024	-	62.490	62.490
26/12/2024	-	3.684	3.684
27/12/2024	-	10.200	10.200
	44.401	201.713	246.114

Dividendos mínimos obrigatórios	
Resultado do exercício	83.434
(-) Constituição da reserva legal	4.172
(=) Base distribuível	**79.262**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	19.816
(=) dividendos mínimos obrigatórios em 31/12/2025	**19.816**

Reserva de lucros - *Reserva Legal* - De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal somada às reservas de capital, superam em 30% o capital social. Essa reserva pode ser utilizada para aumento de capital ou absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída a título de dividendos. *Reserva de retenção de lucros* - A reserva de retenção de lucros representa o lucro líquido não distribuído após constituição de reserva legal e cálculo dos dividendos obrigatórios. Conforme estatuto, estes valores aguardam deliberação e assembleia para sua destinação.

Reserva de Lucros	31/12/2025	31/12/2024
Saldo início do exercício	**61.740**	**150.721**
Distribuição de dividendos intercalares	(61.738)	(32.812)
Distribuição de dividendos intermediários	-	(150.721)
Juros sobre capital próprio	-	(44.401)
Constituição de retenção de lucros	59.446	138.953
Saldo final do exercício	**59.448**	**61.740**

16 RECEITA LÍQUIDA DOS SERVIÇOS PRESTADOS - A conciliação entre a receita bruta da Companhia e a receita líquida apresentada na demonstração de resultados, pode ser assim demonstrada:

	31/12/2025	31/12/2024
Receita de operação (i)	144.750	138.702
Receita de remuneração do ativo de concessão (ii)	108.290	96.644
Receita de construção (iii)	10.307	8.337
Outras Receitas	141	82
Total de receitas	**263.488**	**243.765**
Impostos sobre serviços (iv)	(12.331)	(10.085)
	(12.331)	**(10.085)**
Total da Receita Liquida	**251.157**	**233.680**

(i) Receita de Operação e Manutenção sobre operacionalização dos serviços correspondentes ao gerenciamento e fiscalização da operação e manutenção dos serviços não assistenciais do Hospital tais como, lavanderia, nutrição, portaria, telefonia, vigilância, esterilização, limpeza, manutenção predial, informática e manutenção de equipamentos. A receita de desenvolvimento da infraestrutura está relacionada apenas à construção do hospital, de modo que fora reconhecida no resultado à medida da conclusão da obra. (ii) É composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das infraestruturas hospitalares) conforme divulgado na nota explicativa 7 – Ativo financeiro. (iii) As receitas relacionadas aos serviços de construção ou melhoria sobre o contrato de concessão são reconhecidas com base no estágio e conclusão da obra realizada, em conformidade com a política contábil para reconhecimento de receita sobre contrato de concessão baseada no ICPC -01 (R1) e OCPC-05. (iv) O imposto incidente sobre as receitas operacionais conforme legislação tributária vigente é: Imposto sobre Serviços – ISS 5%. **17 CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA -** A segregação e composição dos custos e despesas por natureza são como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Materiais e serviços de obra	(10.036)	(7.598)
Gasto com pessoal	(20.665)	(19.942)
Serviços de terceiros	(48.823)	(49.620)
Manutenção e Limpeza hospitalar	(12.730)	(13.451)
Depreciação e amortização	(14.798)	(14.798)
Consumíveis e outros	(1.761)	(2.112)
Ajuste a valor presente (a)	-	845
Crédito extemporâneo e estorno de PIS e COFINS diferidos (b)	-	97.908
Outros	(1.966)	(249)
	(110.779)	**(9.017)**
Custo de serviço prestado	(61.663)	(58.871)
Despesas gerais e administrativas	(49.116)	(50.975)
Outras despesas (receitas) operacionais	-	100.829

(a) Foram calculados e registrados ajustes a valor presente das operações de contas a receber e fornecedores confirming, quando considerados relevantes. Este cálculo foi realizado com base em taxas que refletiam as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e aos riscos específicos. Os juros foram transferidos para o resultado, pelo regime de competência. (b) Vide nota explicativa nº 6. **18 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO -** O resultado financeiro é substancialmente representado pelo valor líquido resultante dos juros recebidos através de aplicações financeiras e os juros apropriados aos contratos de dívida assumidos pela Companhia e pode ser assim composto:

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	4.528	1.763
Juros sobre mútuo (i)	31.365	-
Atualização Monetária (ii)	16.010	19.936
Descontos obtidos	-	2.114
Outros	124	-
Total de receitas	**52.027**	**23.813**
Despesas Financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamentos.	(71.215)	(11.115)
Outras despesas financeiras	(1.451)	(1.003)
Total das despesas	**(72.666)**	**(12.118)**
Resultado financeiro líquido	**(20.639)**	**11.695**

(i) Trata-se da receita de juros incorrida sobre o contrato de mútuo a receber junto a partes relacionadas, o qual está descrito na nota explicativa 8. (ii) Trata-se da atualização sobre os créditos de PIS e COFINS originados do Processo, o qual está mencionado na nota explicativa 6. **19 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL -** O saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos, registrado no balanço patrimonial, é como segue: Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos apresentados no balanço patrimonial

	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ e CSLL sobre crédito extemporâneo de PIS e COFINS	12.995	16.469
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias e diferimento da receita de construção	124.632	114.083
	137.627	**130.552**

A despesa de imposto de renda e contribuição social do período pode ser conciliada com o lucro contábil, conforme a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	119.739	236.358
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	**(40.711)**	**(80.362)**
Juros Sobre Capital Próprio	-	15.096
Reconhecimento de crédito extemporâneo	-	24.499
Outros Ganhos Financeiros referentes à atualização monetária de créditos tributários de PIS/COFINS (i)	3.062	-
Outras diferenças permanentes, líquidas	1.344	(569)
	(36.305)	**(41.336)**
Total do imposto de renda e contribuição social efetivos apurados	**(36.305)**	**(41.336)**
Imposto de renda e contribuição social:		
Corrente	(29.230)	(20.563)
Diferido	(7.075)	(20.773)
	(36.305)	**(41.336)**
Alíquota Efetiva	**30%**	**17%**

(i) Relativo à porção de atualização monetária dos créditos de PIS e COFINS (cujo contexto é informado na nota explicativa nº 6), que, embora tenha sido reconhecida contabilmente pelo regime de competência, não atendeu aos critérios fiscais para tributação. **20 RESULTADO POR AÇÃO -** Conforme requerido pelo CPC 41 – Resultado por ação, a Companhia deve calcular o lucro básico e diluído por ação, considerando o lucro líquido atribuível aos acionistas dividido pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado básico por ação. Desta forma, não há diferenciação entre o resultado diluído e o resultado básico por ação. Os cálculos dos resultados por ação dos exercícios de 31 de dezembro de 2025 e de 2024 podem ser assim demonstrados:

	31/12/2025	31/12/2024
Numerador		
Resultado líquido do exercício	83.434	195.022
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	94.500	94.500
Resultado básico por ação atribuída aos acionistas por ação ordinária	0,88	2,06

21 INSTRUMENTOS FINANCEIROS - A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetua operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas informações financeiras intermediárias da Companhia. **Valor justo de instrumentos financeiros e hierarquia do valor justo -** O CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação, define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a Companhia considere todos os aspectos de riscos de não desempenho ("*non performance risk*") ao mensurar o valor justo de um passivo. O CPC 40 (R1) estabelece uma hierarquia de três níveis (nível 1, 2 e 3) a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no nível de "*input*" significativo para sua mensuração, onde os instrumentos classificados como nível 1 são aqueles que dispõem de "*inputs*" baseados em preços praticados em mercado ativo para instrumentos idênticos, sem que a Companhia tenha poder de ajustar tais preços, enquanto aqueles classificados como nível 3 são aqueles para os quais os "inputs" de precificação de mercado são raros ou inexistentes e que dependem de maior aplicação de julgamento da Companhia para definição de seu valor justo. Os de nível 2 são aqueles com níveis de "input" que não se enquadram completamente nem no nível 1, nem no nível 3. A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, os principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024. Os ativos e passivos financeiros da Companhia reconhecidos a custo amortizado, não apresentam diferença significativa entre seus saldos contábeis e valor justo. Para aqueles ativos e passivos financeiros registrados a valor justo, demonstramos também os respectivos níveis de hierarquia do valor justo:

31/12/2025	Valor Contábil – Valor justo por meio do resultado	Valor Contábil – Custo amortizado	Valor Contábil – Total	Valor Justo – Nível 1
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	-	63.417	63.417	-
Mútuo partes relacionadas	-	132.705	132.705	
Contas a receber de clientes	-	38.418	38.418	-
Ativo financeiro	-	492.218	492.218	-
	-	**726.758**	**726.758**	**-**
Passivos				
Debêntures	404.498	-	404.498	420.453
Fornecedores, incluindo confirming	-	20.659	20.659	.
Dividendos a pagar	-	19.816	19.816	.
	404.498	**40.475**	**444.973**	**420.453**

31/12/2024	Valor Contábil – Valor justo por meio do resultado	Valor Contábil – Custo amortizado	Valor Contábil – Total	Valor Justo – Nível 1
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	-	13.274	13.274	-
Aplicações financeiras	-	3.710	3.710	-
Mútuo partes relacionadas	-	200.000	200.000	-
Contas a receber de clientes	-	46.313	46.313	-
Ativo financeiro	-	476.491	476.491	-
	-	**739.788**	**739.788**	**-**
Passivos				
Debêntures	412.961	-	412.961	420.476
Fornecedores, incluindo confirming	-	23.016	23.016	-
Dividendos a pagar	-	46.318	46.318	-
	412.961	**69.334**	**482.295**	**420.476**

22 GERENCIAMENTO DE RISCOS - **Exposição a riscos financeiros -** Os mapeamentos de riscos foram segregados em quatro categorias: (a) Risco de capital é o risco da Companhia garantir a sua continuidade e dos seus negócios em longo prazo, dentro dessa ótica a Companhia deve ser capaz de gerar valor aos seus acionistas através de pagamento de dividendos e ganho de capital, e ao mesmo tempo manter um perfil de dívida adequado às suas atividades (b) Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio e taxas de juros irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo de gerenciar esse risco é controlar as exposições de mercado dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno. (c) Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro; (d) Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. **(a) Risco de capital** - A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia. Como parte dessa revisão, a Administração considera sua estrutura de capital, em especial a curva futura de realização de seu ativo financeiro e seus passivos financeiros de financiamento, para mapear a gestão do risco no longo prazo. Dessa forma, a Companhia avalia, em bases anuais, quais seriam os saldos totais de sua dívida ou caixa líquido sobre o patrimônio líquido, considerando que todo o ativo financeiro será realizado, bem como todo o passivo com financiamentos, pago. **(b) Risco de mercado - Exposição ao risco de taxas de juros -** *Ativos* - A Companhia possui caixa e equivalentes de caixa, bem como aplicações financeiras, mantidos substancialmente em CDB's, indexados à taxa CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro, e fundos de investimentos (ver notas explicativas nº 3 e 4). Adicionalmente, conforme mencionado na nota explicativa nº 7, o ativo financeiro da Companhia também possui remuneração a uma taxa pré-fixada. Os riscos nestas posições advêm da possibilidade de ocorrerem oscilações negativas nas taxas de juros pactuadas e, consequentemente, na remuneração destes ativos. A Companhia possui contrato de mútuo firmado com a OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A, indexados à taxa CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro (ver nota explicativa nº 8). *Passivos* - A companhia possui convênio de confirming com instituições financeiras para gerir seus compromissos com fornecedores estratégicos que permanecem como "operações confirming". Nessa operação os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para instituição financeira com taxa pré-fixada, em troca recebem antecipadamente esses recursos da instituição financeira que, por sua vez passam a ser credoras da operação, (ver nota explicativa nº 10). Companhia está exposta a riscos relativos à variação em taxas de juros em função de debêntures emitidas. Abaixo é apresentada a composição da exposição líquida dos ativos e passivos financeiros da Companhia sujeitos a variações nas taxas de juros:

	31/12/2025	31/12/2024
Exposição a taxas de juros pré-fixadas		
Ativos		
Ativo financeiro	492.218	476.491
Exposição líquida às taxas de juros pré-fixadas	**492.218**	**476.491**
Exposição às taxas de juros pós-fixadas		
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicação em CDB	63.417	13.233
Aplicações financeiras	-	3.710
Mútuo – partes relacionadas	132.705	200.000
Passivos		
Debêntures	(404.498)	(412.961)
Exposição líquida às taxas de juros pós-fixada	**(208.376)**	**(196.018)**
Exposição líquida total a taxas de juros	**283.842**	**280.473**

Análise de sensibilidade - A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos da variação destas taxas sobre seus ativos e passivos financeiros. Na referida análise, os indexadores foram estressados negativa e positivamente em 25% e 50% em relação ao cenário base, servindo de parâmetro para os cenários I, II, III e IV, respectivamente, onde: **Cenário atual:** refere-se ao cenário real em 31 de dezembro de 2025; **Cenário base:** elaborado com base nas informações reais disponíveis no dia 21 de janeiro de 2026, extraídas de fontes confiáveis do mercado financeiro como Banco Central e CETIP. **Cenários I, II, III e IV**: conforme mencionado anteriormente, refere-se à sensibilidade nas variações em relação ao cenário base, retraídas em 50% (cenário I) e 25% (cenário II), e majorados em 25% (cenário III) e 50% (cenário IV), considerando um horizonte de 12 meses. A tabela abaixo demonstra os indexadores aos quais a Companhia está exposta, bem como o cálculo de suas possíveis oscilações, considerando os critérios descritos acima.

Indexadores	Risco	31/12/2025 Cenário Atual	Cenário Base	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI	Variação CDI	14,90%	14,90%	7,45%	11,18%	18,63%	22,35%

(Cenários Base a IV: Exercício até 31 de dezembro de 2026)

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros, com base nos cenários expostos acima, pode ser assim demonstrada:

Ativos financeiros – Operação	Risco	31/12/2025 Cenário Atual	Cenário Base	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Aplicações financeiras de liquidez imediata	Variação CDI	63.417	72.866	68.142	70.504	75.228	77.591
Mútuo	CDI	132.706	152.479	142.593	147.536	157.422	162.366
		196.123	**225.345**	**210.734**	**218.040**	**232.651**	**239.956**
Efeito de ganho (perda)			**29.222**	**(14.611)**	**(7.306)**	**7.306**	**14.611**

Passivos financeiros – Operação	Risco	31/12/2025 Cenário Atual	Cenário Base	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Debênture	Variação CDI	404.498	464.768	434.633	449.701	479.836	494.903
		404.498	**464.768**	**434.633**	**449.701**	**479.836**	**494.903**
Efeito de ganho (perda)			**(60.270)**	**30.135**	**15.068**	**(15.068)**	**(30.135)**
Efeito de ganho (perda), líquido			**(31.048)**	**15.524**	**7.762**	**(7.762)**	**(15.524)**

(Cenários Base a IV: Exercício até 31 de dezembro de 2026)

O ativo financeiro não foi submetido a análise de sensibilidade, visto que não está exposto a variação de indexadores financeiros. A remuneração do ativo financeiro é atualizada anualmente por uma cesta de índices definida em contrato, conforme mencionado na nota explicativa nº 7. **(c) Risco de liquidez -** O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado pela Diretoria Financeira e monitorado pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez é elaborado tendo em vista as necessidades de captação e a gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequados recursos financeiros disponíveis em caixa e equivalentes de caixa e por meio de linhas de crédito para captação de empréstimos, com base no monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e operacionais. Em conformidade com a gestão do risco de liquidez, a Companhia tem realizado uma gestão efetiva do seu ciclo operacional, adequando o prazo médio de recebimento com o prazo médio de pagamento.

	Até 1 ano	Até 2 anos	Acima de 3 anos	Total de fluxo de caixa contratual esperado (valores nominais)	Juros a incorrer	Valor contábil em 31/12/2025
Debêntures	110.745	99.698	389.247	599.690	(195.192)	404.498
Fornecedores, incluindo confirming	20.659	-	-	20.659	-	20.659
Passivos financeiros	**131.404**	**99.698**	**389.247**	**620.349**	**(195.192)**	**425.157**

O quadro acima representa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento considerando o cumprimento de cláusulas restritivas. **(d) Risco de crédito -** O risco de crédito é proveniente da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia acompanha rigorosamente o cronograma físico e financeiro de suas operações, além de fazer o acompanhamento permanente das posições em aberto e garantir os fluxos normais de recebimento. Adicionalmente, as posições são lastreadas pelo Fundo Garantidor de Crédito, que mitiga o risco de perdas. **23 SEGUROS -** A Companhia mantém cobertura de seguros em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As apólices de seguros referentes aos riscos contratados estão demonstradas no quando abaixo:

31/12/2025

Seguradora	Categoria	Apólice	Vigência	Valor
Chubb Seguros S.A.	Risco Operacional	0202049996	Jul/2025 a Jul/2026	724.976
Fator Seguros S.A	Resp. Civil	5100004265	Jun/2025 a Jun/2026	30.000
Ezze Seguros S.A.	Seguro e Garantia	7507055435	Mai/2025 a Mai/2026	4.123
				759.099

Garantias de execução do contrato de concessão pela concessionária - A Companhia mantém em favor do Poder Concedente, garantias do fiel cumprimento das obrigações contratuais, estipuladas no contrato de concessão administrativa para realização de serviços e obras de engenharia e prestação de serviço de apoio não assistenciais ao funcionamento Hospital OZN Health de Manaus, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde (SES-AM). As garantias serão atualizadas anualmente pelo IRC (Índice de reajuste de contraprestação), na mesma data dos reajustes da contraprestação pública máxima. A garantia atual corrigida tem valor de R$4.123. **24 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO -** As informações reportadas a Diretoria Executiva (principal tomador de decisões relevantes do Grupo) para alocar recursos e avaliar o desempenho do negócio se concentram nas estruturas da operação de concessão administrativa para a prestação de serviço de construção, fornecimento de equipamentos, manutenção e gestão dos serviços não assistenciais do Hospital e Pronto Socorro Delphina Rinaldi Abdel Aziz. Dessa forma, a Companhia conta com apenas um segmento operacional. **25 INFORMAÇÕES ADICIONAIS ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA -**

	31/12/2025	31/12/2024
Compensação entre empréstimos com partes relacionadas a receber e despesas entre partes relacionadas a pagar	11.604	-
Compensação entre mútuos com partes relacionadas a receber e dividendos a pagar	87.056	-
Compensação entre crédito de imposto de renda retido na fonte (sobre serviços prestados e aplicações financeiras) e imposto de renda a recolher	12.520	11.824
Compensação de tributos federais (IRPJ/CSLL x PIS/COFINS) via Perd/Comp	11.915	-

26 EVENTOS SUBSEQUENTES - Em 07 de janeiro de 2026, foi aprovado pelo Conselho de Administração a deliberação no montante de R$53.500 de dividendos intercalares a pagar à OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A, conforme valor apurado em balanço patrimonial intermediário levantado em 30 de setembro de 2025. Os dividendos ora declarados foram pagos à acionista da Companhia na mesma data. **27 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -** As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 26 de março de 2026.

ASSINATURA

DIRETOR PRESIDENTE E DE OPERAÇÕES: Thiago Nery Python **DIRETOR FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES:** Felipe Rodrigues Tonetti **CONTADOR RESPONSÁVEL:** Ronney Donizete Fernandes - Contador - CRC 286.064/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros, Diretores e Administradores da OZN Health SPE S.A. **Opinião -** Examinamos as demonstrações financeiras da OZN Health SPE S.A. ("OZN" ou "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da OZN Health SPE S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria -** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. *Ativos financeiros e receitas de parcerias público-privadas* - Por que é um PAA - Conforme mencionado nas notas explicativas nº 7 e nº 16 às demonstrações financeiras, as receitas provenientes de parcerias público-privadas são de R$251.157 mil e o ativo financeiro é de R$492.218 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2025. O ativo classificado como um ativo financeiro constitui direito incondicional de receber caixa do poder concedente pelos serviços de construção prestados. O reconhecimento dos ativos financeiros e receitas correspondentes no contexto das parcerias público-privadas possuem complexidades quanto à metodologia de cálculo (incluindo taxa de desconto e reajustes anuais) e alocação dos preços de transação entre receitas de operação, receitas de obra e remuneração sobre o ativo financeiro, bem como as atualizações dos cálculos trimestrais/anuais de acordo com a interpretação técnica ICPC 01 (R1). Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido: (i) à relevância dos montantes envolvidos; e (ii) aos julgamentos realizados pela Diretoria na mensuração e no reconhecimento do ativo financeiro de acordo com a interpretação técnica ICPC 01 (R1), como determinação da taxa interna de retorno do contrato de concessão ("TIR"), alocação das receitas de construção, operações e de atualização do ativo financeiro, por exemplo. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria - Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: i) Avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relacionados às atualizações dos ativos financeiros relacionados, bem como o correspondente reconhecimento das receitas de operação, receitas de obras e receitas financeiras desses contratos. ii) Leitura do contrato de concessão e recálculo da modelagem aplicável e os respectivos fluxos financeiros, à luz da interpretação técnica ICPC 01 (R1), com foco na determinação da taxa interna de retorno e dos percentuais de alocação entre receitas de construção, operações e atualização do ativo financeiro. iii) Execução de teste, em bases amostrais, para as movimentações ocorridas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, com a inspeção das documentações-suporte aplicáveis, com o objetivo de assegurar a acuracidade de eventuais atualizações efetuadas na modelagem aplicável. iv) Avaliação da adequação das divulgações requeridas pela interpretação técnica ICPC 01 (R1) nas demonstrações financeiras. Com base nos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos o reconhecimento dos ativos financeiros e receitas correspondentes aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos -** *Demonstração do valor adicionado* - A demonstração do valor adicionado ("DVA"), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor -** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Diretoria. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Diretoria, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Diretoria e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Diretoria, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras -** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo IASB e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. •Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 27 de março de 2026. DELOITTE TOUCHE TOHMATSU - Auditores Independentes Ltda. CRC nº 2 SP 011609/O-8. Danilo Namura Lombardoso - Contador - CRC nº 1 SP 278829/O-3

Assinado digitalmente por Empresa Jornal do Comercio Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site
http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/5247-853D-C6A2-BF14

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/5247-853D-C6A2-BF14 ou vá até o site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 5247-853D-C6A2-BF14

Hash do Documento

97A493DFBDD3424411B50DC45AC712C3ABE8E799F7CE2FBC42F7E937310176D7

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 30/03/2026 é(são) :

☑ Maria Suely Vasconcelos Do Nascimento - 04.561.791/000*-** em 30/03/2026 22:22 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - EMPRESA JORNAL DO COMERCIO LTDA - 04.561.791/0001-80

Evidências

Geolocation: Location not shared by user.
IP: 172.16.4.20
AC: AC DIGITAL MULTIPLA G1